

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIOAMBIENTAIS

Yasmin Rodrigues Antonietti

**Da resistência cotidiana à mobilização: uma análise da trajetória de
São José do Jassém frente à mineração**

Belo Horizonte

2017

Yasmin Rodrigues Antonietti

**Da resistência cotidiana à mobilização: uma análise da trajetória de
São José do Jassém frente à mineração**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Ciências Socioambientais da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Ciências Socioambientais.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Ana Flávia Moreira Santos

Belo Horizonte

2017

AGRADECIMENTOS

A finalização deste trabalho me coloca na obrigação de agradecer não somente as pessoas envolvidas diretamente na pesquisa, mas todas que possibilitaram a sua realização. Gostaria, assim, de agradecer inicialmente os atingidos pela mineração em Conceição do Mato Dentro. A Júnior e Patrícia pelo acolhimento, conversas, trocas e pela generosidade. Não poderia deixar de mencionar Sr. Antônio, Darcília, Elias, Ico, Joãozinho, Lúcio Pimenta, D. M^a Aparecida, D. M^a das Dores, Neuza, Pedrelina, Raquel, D. Rita, Teca e Zé Maria. Vocês resignificaram o sentido de coragem, força e luta. Meu muito obrigada!

Meu agradecimento especial a minha família, que sempre compreendeu minhas ausências, meus estresses, a falta de tempo e a dedicação a faculdade, em especial a minha mãe, a quem tudo devo e para quem dedico não apenas essa monografia, mas tudo de bom que possa vir a fazer.

Minha eterna gratidão a minha orientadora Prof^a Dr^a Ana Flávia, que nos últimos 5 anos compartilhou comigo sua genialidade, carisma, dedicação, profissionalismo e sensibilidade.

À Prof^a Dr^a Andrea Zhouri, pelos ensinamentos e pela possibilidade de fazer parte do GESTA/UFMG, espaço marcante no meu percurso acadêmico e pessoal.

À Prof^a Dr^a Raquel Oliveira pelo pronto aceite para compor a banca da monografia e as inúmeras contribuições ao longo da graduação.

Possuo uma dívida eterna com todos os colegas de GESTA, principalmente aos que me acompanharam desde o início das atividades em Conceição: Clarissa, Luciana, Laurinha e Marina. Também, ao Bruno, Fernanda, Gabriel, Hanna, Ilklyn, Mary, Lívia e Thomás. Agradeço a compreensão do Carlos, Higor, Matheus, Marcos, nessa reta final. Ao Marcão, pelos campos, pela graça e leveza. À Luciana Leite, presente do projeto e da vida, pela companhia nos campos, pelos desabafos, pelas trocas de angústias e inquietações. Ao Otávio, pelo ouvido atento, pelo incentivo, companhia e amizade.

Ao William, pela paciência, pelo coração gigante e por sempre nos conduzir com segurança.

Ao meu companheiro, Yan, pela compreensão, pelo amor e por sempre acreditar em mim.

Agradeço aos amigos da Socioambientais, por trilharem comigo essa caminhada: Gregory, Camila, Maíra, Rejane, Lucas, Vitor, Léo, Amanda, Felipe, Nayara, Dani e Grazi. E aos que fiz nesse caminho, em especial, Giulia e Iran. Ao Magno, obrigada pelas caronas, pelo cuidado, pela paciência e por me considerar tanto.

Aos amigos da vida e do intercâmbio, Luisa, Arnaldo, Cecília, Rosa, Cássio, Dário, Grazi, Isabela, Pedro, Roberto, Wallisson, Ivan e Pris, agradeço por estarem sempre do meu lado, me apoiando e por me aguentarem falando, constantemente, de Conceição. Ao Léo, minha inspiração e porto seguro.

A tia Elaine, por me abrir os caminhos da pesquisa e despertar em mim o amor pela vida acadêmica.

À instituição FAPEMIG, pela bolsa de iniciação científica disponibilizada no último ano que me possibilitou a realização da pesquisa.

“Assaz o senhor sabe: a gente quer passar um rio a nado, e passa; mas vai dar na outra banda é num ponto muito mais embaixo, bem diverso do que em primeiro se pensou. Viver não é muito perigoso?”

Guimarães Rosa

RESUMO

Conceição do Mato Dentro é um município localizado na mesorregião de Belo Horizonte, possui cerca de 17.908 habitantes e, devido às grandes belezas naturais presentes no seu território, representadas nos diversos ecossistemas que constituem a Serra do Espinhaço, foi considerada a “capital mineira do ecoturismo”. Contudo, o cenário da cidade, marcado pela diversidade sociocultural e econômica, foi profunda e permanentemente modificado, em 2007, quando foi apresentado ao governo do estado de Minas Gerais a proposta de um grande projeto minerário avaliado em 8 bilhões de dólares.

O projeto Minas-Rio, da mineradora britânica Anglo American, é um dos maiores complexos mínero-portuários do mundo e desde as suas primeiras atividades, mesmo antes da Licença Prévia da cava da mina, vem sendo objeto de contestação e objeto inúmeras denúncias de impactos ambientais e violação de direitos humanos. As denúncias se concentram, majoritariamente, sobre as definições de “áreas afetadas” adotadas pela empresa; ao subdimensionamento dos efeitos ambientais e sociais deflagradas pelo empreendimento; a flexibilização do processo de licenciamento e ao modo como a empresa conduz os processos de negociação com famílias moradoras do entorno do empreendimento

Nesse sentido, o presente trabalho buscou compreender e etnografar a atual situação da comunidade rural de São José do Jassém frente à chegada e implementação da empresa, substancialmente no que tange à inserção dos moradores no movimento de resistência, consideradas as novas dinâmicas resultantes do rompimento da barragem de rejeitos de Fundão, em Mariana, em novembro de 2015.

Palavras-chave: Jassém; Conceição do Mato Dentro; Mineração; Anglo American; resistência cotidiana

LISTA DE ABREVIATURAS

ADA: Área Diretamente Afetada

AEL: Área de Estudo Local

AER: Área de Estudo Regional

AID: Área de Influência Indireta

BNDES: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

CEMIG: Companhia Energética do Estado de Minas Gerais

CMD: Conceição do Mato Dentro

COMEX VIS: Projeto de Visualizações de Comércio Exterior do Brasil

CVRD: Cia. Vale do Rio Doce

EIA: Estudo de Impacto Ambiental

ETE: Estação de Tratamento de Esgoto

FAPEMIG: Fundação de Amparo à Pesquisa de MG

FEAM: Fundação Estadual de Meio Ambiente

FMI: Fundo Monetário Internacional

GESTA: Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais

IBAMA: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

INEA: Instituto Estadual do Ambiental do Rio de Janeiro

LABCEN: Laboratório de Cenários Socioambientais em Municípios com Mineração

LI: Licença de Instalação

LO: Licença de Operação

LP: Licença Prévia

MG: Minas Gerais

MPF: Ministério Público Federal

MPMG: Ministério Público de Minas Gerais

ONG: Organizações Não Governamentais

PAC: Programa de Aceleração do Crescimento

PCA: Plano de Controle Ambiental

PDP: Política de Desenvolvimento Produtivo

PITCE: Política Industrial Tecnológica e de Comércio Exterior

PNF: Plano de Negociação Fundiária

PT: Partido dos Trabalhadores

REAJA: Rede de Articulação e Justiça dos Atingidos do Projeto Minas-Rio

REASA: Rede de Acompanhamento Socioambiental

RIMA: Relatório de Impacto Ambiental

SEMAD: Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

SISEMA: Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

SUPRAM: Superintendência Regional de Meio Ambiente

TAC: Termo de Ajustamento de Conduta

UFMG: Universidade Federal de Minas Gerais

UNESCO: Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

URC-JEQ: Unidade Regional Colegiada Jequitinhonha

ÍNDICE DE TABELAS

TABELA 01- ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH) E PORCENTAGEM DE PESSOAS VIVENDO ABAIXO DA LINHA DA POBREZA NAS PRINCIPAIS ECONOMIAS EXTRATIVISTAS NA AMÉRICA LATINA (HUMAN DEVELOPMENT REPORT 2016 – PNUD).....	30
TABELA 02 – CARACTERÍSTICAS DA BARRAGEM DE REJEITOS DO PROJETO MINAS- RIO	52
TABELA 03 – TABELA DE “IMPACTOS” PRESENTE NO EIA/RIMA DO EMPREENDIMENTO MINAS-RIO (BRANDT 2007)	53

ÍNDICE DE FIGURAS

FIGURA 01 - COMPOSIÇÃO DAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS POR CATEGORIA DE USO (2014)	24
FIGURA 02 - SÉRIE HISTÓRICA DO VALOR TOTAL AGREGADO DE PRODUTOS EXPORTADOS PELO BRASIL	25
FIGURA 03 - PRINCIPAIS PRODUTOS EXPORTADOS E VALOR AGREGADO (2016).....	25
FIGURA 04- PRODUÇÃO DE MINERAIS: POSIÇÃO MUNDIAL DO BRASIL (2012).....	27
FIGURA 05 – EVOLUÇÃO DA PRODUÇÃO MINERAL BRASILEIRA	28

ÍNDICE DE FOTOS

<i>FOTO 01 – VISTA DO ALTO DA CAPELA – JASSÉM E POMPÉU</i>	<i>39</i>
<i>FOTO 02 - “SANTINHO” DO CENTENÁRIO DA CAPELA DE NOSSA SENHORA DO JASSÉM</i>	<i>41</i>
<i>FOTO 03 – QUINTAL DA CASA DE MORADORA DO JASSÉM</i>	<i>44</i>
<i>FOTO 04 – IGREJA NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO.....</i>	<i>46</i>
<i>FOTO 05 – PLACA OBRA DE IMPLANTAÇÃO DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO PELA PREFEITURA DE ALVORADA DE MINAS</i>	<i>47</i>
<i>FOTO 07 – PLACAS DA ANGLO AMERICAN NOS TERRENOS ANTES UTILIZADOS PELOS MORADORES DO JASSÉM</i>	<i>50</i>
<i>FOTO 08 - REUNIÃO ENTRE MORADORES DO JASSÉM E FUNCIONÁRIOS DA ANGLO PARA DISCUSSÃO SOBRE A BARRAGEM DE REJEITOS</i>	<i>60</i>
<i>FOTO 09 - EXPLICAÇÃO SOBRE ELEMENTOS DO MAPA DA COMUNIDADE DE SÃO JOSÉ DO JASSÉM</i>	<i>78</i>

ÍNDICE DE MAPAS

MAPA 01 – DIVISÕES ADMINISTRATIVAS DO JASSÉM.....	38
MAPA 02 – LOCALIZAÇÃO DO JASSÉM E DAS ESTRUTURAS DO EMPREENDIMENTO MINAS-RIO	54

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO 1	16
Neoextrativismo: estratégia para o desenvolvimento e consolidação da mineração	16
1.1 O paradigma do desenvolvimento como motor de grandes projetos	17
1.2 Neoextrativismo: a consolidação do processo de reprimarização da economia através do discurso do desenvolvimento	23
1.3 O Projeto Minas-Rio	35
CAPÍTULO 2	38
Disputas sobre as diferentes formas de apropriação do território	38
2.1.1. O Jassém	38
2.1.2. Memória e História da Comunidade	40
2.1.3. Terra, Trabalho e Produção	42
2.1.4. Tradições e Festas Religiosas	45
2.1.5. Relações com a prefeitura	47
2.2. Os efeitos socioeconômicos dados pela chegada da empresa	48
2.3 O Jassém e a barragem de rejeitos	51
CAPÍTULO 3	57
Da “resistência cotidiana” à mobilização: um olhar sobre o Jassém	58
3.1. O Jassém no licenciamento ambiental do empreendimento Minas-Rio	62
3.2. A “resistência cotidiana” do Jassém, a mobilização e a luta por justiça	69
CONSIDERAÇÕES FINAIS	80
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	82

INTRODUÇÃO

Conceição do Mato Dentro é um município localizado na mesorregião de Belo Horizonte, possui cerca de 17.908 habitantes e, devido às grandes belezas naturais presentes no seu território, representadas nos diversos ecossistemas que constituem a Serra do Espinhaço, foi considerada a “capital mineira do ecoturismo” (IBGE,2010). Foi declarada em 2005 reserva da Biosfera pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) ¹ e integra o Circuito Estrada Real e o Circuito Serra do Cipó.

Destaca-se, também, para além dos atrativos naturais, nos traços e características socioculturais presentes na região, tais como as festas religiosas, a produção de biscoitos, doces e hortaliças pela agricultura familiar, o modo de vida tradicional de diversas comunidades rurais e grupos étnicos, a exemplo de comunidades quilombolas como Três Barras, Buraco e Cubas. Nesse contexto, vinha se consolidando no município uma economia sustentável, baseada na agricultura familiar e no ecoturismo.

Contudo, o cenário anteriormente descrito, marcado pela diversidade sociocultural e econômica, foi profunda e permanentemente modificado, em 2007, quando foi apresentado ao governo do estado de Minas Gerais a proposta de um grande projeto minerário avaliado em 8 bilhões de dólares. Naquele ano, o então governador Aécio Neves assinou um protocolo de intenções com o empresário Eike Batista, acionista da empresa MMX Mineração e Metálicos², declarando o projeto como de “utilidade pública”, viabilizando sua implementação e o início do processo de licenciamento ambiental. No ano seguinte, parte do capital da empresa foi vendido para a empresa britânica Anglo American³, que assumiu a construção da mina de minério de ferro em Minas Gerais (MG).

O projeto Minas-Rio, com licença de operação desde 2014, hoje pleiteando as licenças da terceira fase do empreendimento (“Step 3”), é um grande complexo minerário que envolve uma lavra a céu aberto, uma usina de beneficiamento de minério de ferro, um complexo industrial-

¹ (Em: < <http://cmd.mg.gov.br/sobre-a-cidade>>)

² A MMX é uma empresa de mineração do Grupo EBX. Criada em 2005, a companhia possui minas localizadas em Minas Gerais e no Mato Grosso do Sul.

³ A Anglo American é uma empresa sediada em Londres, no Reino Unido. Possui operações no sul da África, América do Norte e do Sul e Austrália. Sua produção envolve a extração de diamante, platina, níquel, cobre, carvão, manganês e minério de ferro. No Brasil, atua em Minas Gerais e Rio de Janeiro, na extração e exportação de minério de ferro pelo empreendimento Minas-Rio, e em Barro Alto e Niquelândia, em Goiás, na extração de níquel.

portuário, além de compreender o maior mineroduto do mundo. Com capacidade inicial de produção de 26,5 milhões de toneladas por ano, o minério é transportado de sua cava, em Conceição do Mato Dentro (MG) até São João da Barra (RJ), passando por 33 municípios ao longo de 525 quilômetros.

Os vícios do processo de licenciamento, bem como o tratamento da área afetada pelo empreendimento, contribuíram para a deflagração de diversos conflitos ambientais, principalmente pelas áreas do projeto colidirem com terras tradicionalmente ocupadas e ecossistemas protegidos, como a Serra do Espinhaço.

Relatórios antropológicos elaborados pelo Ministério Público Federal (MPF) já apontavam a especificidade dos modos de vida e reprodução das comunidades rurais atingidas pelo projeto. Tratam-se de sítios familiares territorialmente articulados entre si, conformando verdadeiras comunidades de parentesco, que, se caracterizam, em diversos casos, por terrenos de herança cujo regime de posse conjuga formas apropriação privada a lógicas coletivas, familiares, de acesso à terra e outros recursos (SANTOS 2009/2010).

Entretanto, os efeitos do empreendimento Minas-Rio nos modos de ser e viver dessas comunidades foram desconsiderados pelos estudos ambientais encomendados pela empresa, nos quais o universo de atingidos se restringiu a apenas duas comunidades: Mumbuca/Água Santa e Ferrugem. Esse entendimento prevaleceu no âmbito de todo o processo de licenciamento, conduzido na Superintendência Regional de Meio Ambiente (SUPRAM) da Unidade Regional Colegiada Jequitinhonha (URC-JEQ) (LEITE, 2017:34).

Compreender as vicissitudes desse processo é um dos objetivos do projeto de pesquisa Fundação de Amparo à Pesquisa de MG (FAPEMIG) “Poder, território e conflito: processos de territorialização e mineração em Conceição do Mato Dentro, (MG)”, projeto no qual se insere essa pesquisa. Esse, por sua vez, teve origem em um programa mais abrangente, o “Observatório dos Conflitos Ambientais de Minas Gerais”, do Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais – GESTA da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), meio que me possibilitou ter contato com os atingidos pelo projeto Minas-Rio.

Minha inserção no GESTA, assim como na pesquisa de Conceição do Mato Dentro, se deu no final do ano de 2012 quando, em virtude das atividades a serem desenvolvidas pela bolsa do Programa Especial de Bolsas Acadêmicas para Estudantes dos Cursos Noturnos (PRONOTURNO), iniciei o extenso trabalho de organização de centenas de documentos referentes

ao processo de licenciamento do empreendimento Minas-Rio. Nesse momento, fui movida por duas grandes inquietações, a primeira, relacionada ao próprio entendimento do caso; a segunda, pessoal, estava ligada a compreensão da dimensão dos efeitos do complexo minerário em Conceição, cidade com a qual sempre tive uma relação de proximidade e onde está localizada uma formação natural pela qual tenho grande apreço, a cachoeira do Tabuleiro.

Desde pequena sempre nutri grande paixão por quedas d'água, gosto que aumentou conforme crescia e ganhava maior liberdade para realizar trilhas, conhecer novos lugares e viajar com outras pessoas que não meus pais. Conceição era destino inevitável, uma vez que se encontra muito próximo da minha cidade de residência, Lagoa Santa, sendo um dos lugares eleitos pela maioria dos moradores para passarem o final de semana. Já na primeira vez que passei pelo centro da cidade, me encantei com as ruas, com a arquitetura das casas, com a receptividade dos moradores e, claro, com a comida (principalmente os pastéis de angú). Porém, coincidentemente, com o início das obras do projeto, nunca mais tinha visitado o local.

Retornei em 2013, já enquanto bolsista do GESTA, para acompanhar uma reunião dos atingidos em São Sebastião do Bom Sucesso, o Sapo. Não precisei de muito tempo para notar as visíveis mudanças na cidade. Ainda dentro do ônibus da faculdade, passando pelo centro, era notável a grande movimentação de caminhonetes, pessoas e comércio, que nunca tinha visto em minhas visitas. A reunião, na associação do Sapo, promovida pela professora Denise Pereira, do Laboratório de Cenários Socioambientais em Municípios com Mineração (Labcen/PUC-Minas), tinha a proposta de fazer um resgate histórico das relações dos diversos atores no processo de licenciamento e redigir uma carta denúncia, visibilizando a acentuação dos impactos após as obras de instalação do projeto.

Esse foi o meu primeiro trabalho de campo na graduação e também um dos que mais me comoveu. Sentia um misto de indignação, raiva e descrédito com os órgãos públicos. Ao mesmo tempo, uma força incalculável, dos que ali estavam, expondo suas histórias (muitas vezes tão íntimas), a fim de se legitimarem enquanto atingidos e se fazerem ouvir, contagiavam a quem estava presente. A partir desse momento, e de tantos outros que seguiram o caminho da pesquisa, ressignifiquei o conceito de coragem, de força e de luta.

Conforme se desenvolviam a pesquisa e as atividades de assessoria pelo GESTA, em meio a tantos cafés, prosas e reuniões, tive contato com diversas realidades desse caso tão complexo. O ano de 2014 foi intenso, nesse sentido. A pressão para a concessão da licença de operação da cava

da mina do empreendimento (LO) exigiu um esforço sem tamanho para que déssemos conta, considerando as limitações da equipe, de tantas demandas. Visitamos Água Quente, Sapo, Beco, Passa Sete, Jassém e Turco, buscando ferramentas que pudessem, de alguma forma, impedir que o licenciamento fosse concedido, a despeito das inúmeras condicionantes não cumpridas, entre elas, a definição do universo de atingidos. Dia 29/09/2014, em um ginásio poliesportivo em Diamantina, durante 12 horas, presenciei a incapacidade das instituições públicas de fazerem valer a democracia e o direito, ao mesmo tempo, vi a força de um povo que não se cala perante o “massacre” a que vem sendo submetidos.

No ano seguinte, em decorrência da realização de um intercâmbio, me afastei do caso. Considerando a intensidade e rapidez dos acontecimentos e mudanças de conjuntura associados à expansão do projeto, principalmente pela nova configuração resultante do rompimento da barragem de rejeitos de Fundão, em Mariana (MG), meu retorno foi à outra Conceição.

Deparei-me, no regresso, com um novo contexto, marcado pelos efeitos da fase de operação do projeto, com a intensificação dos antigos impactos e com risco concreto, evidenciado pelo chamado “desastre de Mariana”, do rompimento da barragem de rejeitos.

Nesse momento, em reunião promovida pela Rede de Articulação e Justiça dos Atingidos do Projeto Minas-Rio (REAJA), com o objetivo de fazer um resgate histórico do movimento de resistência, notamos a fala de moradores da comunidade do Jassém, na qual, até então, não havíamos tido grande abertura. Foi nesse momento de aproximação que aproveitamos para estabelecer um diálogo com a comunidade. Durante a reunião, foi decidido que o próximo encontro da REAJA seria no distrito.

Desde então, passamos a dialogar de maneira mais próxima com os moradores, e notei que a realidade da comunidade estava profundamente afetada pela condição de viverem à jusante da barragem de rejeitos do empreendimento. Assim, a partir dos parâmetros-base a mim fornecidos pelo trabalho de Martins (2014), *“Nossa morada aqui cabô” Mineração e deslocamento na comunidade de São José do Jassém, em Minas Gerais*, considerei de grande importância assimilar as novas realidades da comunidade, principalmente pela invisibilização de sujeitos e não reconhecimento dos efeitos da barragem para as comunidades localizadas a sua jusante, em todo o processo de licenciamento.

Nesse sentido, o presente trabalho buscou compreender e etnografar a atual situação da comunidade rural de São José do Jassém frente à chegada e implementação da empresa,

substancialmente no que tange à inserção dos moradores no movimento de resistência, consideradas as novas dinâmicas resultantes do rompimento da barragem de rejeitos de Fundão, em Mariana, em novembro de 2015.

A pesquisa, pautada em um estudo de caso (GLUCKMAN, 1987), foi realizada através da utilização de metodologias qualitativas, levantamento bibliográfico e documental. O trabalho de campo foi realizado entre os dias 27 de julho e 01 de agosto de 2017, seguidos de diversas visitas pontuais para acompanhamento de reuniões. Essa abordagem contribuiu para a compreensão das relações entre os moradores e o lugar, a relação com os órgãos governamentais e com a empresa.

Para tanto, no primeiro capítulo, procurei trazer o diálogo entre o paradigma do desenvolvimento e sua apropriação pelo modelo neoextrativista, a fim de tecer um panorama da América Latina e os desdobramentos desses processos na intensificação das atividades minerárias no Brasil e em Minas Gerais.

No segundo capítulo, busquei trazer o resgate histórico da comunidade do Jassém, bem como descrever as principais relações dos moradores: trabalho, religião, festas, vínculos com outras comunidades, prefeitura e com a empresa. Ao mesmo tempo, trago as principais denúncias dos moradores sobre as transformações dessas relações, no contexto dado pela implantação e operação do empreendimento.

Por fim, analiso dois momentos distintos dos moradores do Jassém: um primeiro momento de relativo afastamento do movimento organizado de resistência, porém, no qual sustento o princípio de que, apesar da mobilização não ter se revelado de forma explícita, ela se deu por formas “cotidianas”; e um segundo momento, no qual a mudança de contexto promovida, principalmente, pela acentuação da consciência do risco de rompimento da barragem, os moradores ingressam no movimento de resistência e se tornaram importantes atores no que tange à visibilização das comunidades localizadas a jusante da barragem de rejeitos e à luta pelo reconhecimento dos atingidos pelo projeto.

CAPÍTULO 1

Neoextrativismo: estratégia para o desenvolvimento e consolidação da mineração

Nos últimos anos, observa-se uma retomada do discurso de crescimento, calcado no paradigma do desenvolvimento, na política econômica do Brasil e, de uma forma geral, na maioria dos países da América do Sul. Na prática, notamos mudanças importantes nas dinâmicas econômicas desses países, sejam por parte de governos liberais ou progressistas, que apostam em um modelo de desenvolvimento voltado para a intensificação das atividades extrativistas⁴, acompanhada pela implementação de grandes obras de estrutura básica, como ferrovias, portos, aeroportos, usinas hidrelétricas, entre outros. Esses investimentos são apresentados como fundamentais e imprescindíveis para a inserção dos países no meio econômico internacional, o que redundaria em benefícios econômicos e tecnológicos (GUDYNAS, 2015:7).

A expansão da mineração nos países latino-americanos é uma das dimensões desse processo, cujos governos apostam no setor como uma das fronteiras mais atrativas para a inversão de capitais estrangeiros e nacionais. Segundo Bebbington (2011:53), um conjunto de fatores contribuiu para a configuração desse cenário. Entre eles, o autor ressalta a adoção de novas tecnologias de extração e reformas institucionais do setor, o incremento do dinamismo econômico dos países do Atlântico Sul, a recente crise econômica enfrentada pelos países em escala mundial e, por último, mas não menos importante, a entrada da China no mercado mundial e, conseqüentemente, sua crescente demanda por *commodities*. Segundo o autor, entre 1990 e 1997, a inversão em exploração mineral cresceu 90% no mundo, e 400% na América Latina; entre 1990 e 2001, 12 das 25 maiores inversões em projetos de mineração foram realizadas em países latino-americanos.

Esse *boom* da mineração configurou o que os economistas definiram como reprimarização da economia, ou seja, a primazia pela exportação de produtos com baixo insumo agregado. Esse movimento foi acompanhado por mudanças profundas em diversas outras dimensões, sejam elas

⁴ Assumo aqui a definição de extrativismo adotada por Gudynas (2015:13) na qual o termo se refere a um tipo de extração de recursos naturais, em grande volume e intensidade, e que estão orientados essencialmente a ser exportados como matérias primas sem processar ou com um processamento mínimo. É importante ressaltar, nesse sentido, que o autor assume enquanto extrativismo, para além de minerais e hidrocarbonetos, os monocultivos destinados à exportação.

econômicas, sociais e culturais, compondo o que diversos autores denominam modelo neoextrativista (ACOSTA 2016; ZHOURI 2016; BEBBINGTON 2003; GUDYNAS 2015).

A internalização desses ideais e seus desdobramentos, historicamente, é uma tarefa bastante complexa, buscar-se-à aqui, apenas contextualizar o surgimento do paradigma do desenvolvimento e a sua apropriação pelo modelo neoextrativista a fim de demonstrar como esses discursos se consolidaram na América do Sul e, especificamente, no Brasil, tomando como exemplo o extrativismo mineral.

1.1 O paradigma do desenvolvimento como motor de grandes projetos

O termo desenvolvimento, se pesquisado no dicionário, é definido por progresso, crescimento, incremento. Seus antônimos são retrocesso e declínio. Na prática, o conceito, e seus inúmeros significados, estão presentes em grande parte dos discursos, sejam eles acadêmicos, políticos ou mesmo do senso comum. Contudo, segundo Ribeiro (1992:23), o termo compreende muito mais que uma multiplicidade de fenômenos econômicos e políticos, compondo uma força presente no campo das ideias e da circulação de informações, inseridas em contextos e trajetórias que se definem histórica, técnica e culturalmente.

Antes da existência de um projeto de desenvolvimento, populações locais dificilmente poderiam conceber que seu destino era suscetível de ser sequestrado por um grupo organizado de pessoas. Na realidade, planejamento — isto é, a determinação antecipada de como certa realidade será — implica a apropriação, por parte de outsiders, do poder das populações locais de serem sujeito dos seus próprios destinos. De sujeito de suas próprias vidas, essas populações se tornam sujeitas a elites técnicas prescientes. Para avançar no mundo globalizado, onde multiculturalismo é cada vez mais um tema político transnacional, devemos admitir que “desenvolvimento” não é exatamente o objeto de desejo de todos (RIBEIRO, 2008:122).

Portanto, faz-se necessária uma contextualização de como o paradigma do século XX se desenvolveu e se tornou uma das mais fortes ideologias do mundo ocidental, se consolidando como um destino necessário e inevitável, a ponto de quaisquer contraposições serem fortemente julgadas e marginalizadas. Ao mesmo tempo, é igualmente necessário refletir sobre os diferentes papéis dados aos extrativismos dentro desse processo.

Diversos autores (ESTEVA 2000; RIBEIRO 2008; ESCOBAR 2007) situam o surgimento do conceito de desenvolvimento, enquanto uma ideologia moderna, no período após a Segunda Guerra Mundial, a partir do discurso proferido na tomada de posse do então presidente dos Estados Unidos, Harry S. Truman. Esse momento histórico marcou, também, a divisão entre os países do mundo entre desenvolvidos e subdesenvolvidos.

Após o fim da União Soviética (1989-1991), os países industrializados, representados pelos Estados Unidos, aproveitando o contexto de rearranjos no sistema mundial, viram o momento propício para a consolidação de sua nova posição hegemônica no mundo, pautando novos rumos para a relação entre países do Norte e do Sul. Segundo Esteva (2000:60), “o subdesenvolvimento começou, assim, a 20 de janeiro de 1949. Naquele dia, dois bilhões de pessoas passaram a ser subdesenvolvidas”. Sachs (2000:11) compara o termo a um farol, que assim como o dispositivo de orientação que guia os marinheiros até a praia, orienta as nações na sua viagem pela história no pós-guerra, com o objetivo máximo de atingirem a luz do progresso, representada pelos países industrializados, em particular, os Estados Unidos.

O conceito surge, então, como uma teoria que visava dar sentido às posições desiguais entre as nações, ao mesmo tempo em que criava a utopia de que os países que não se encontravam no mesmo “estágio de desenvolvimento” das grandes potências mundiais poderiam, através de um caminho linear e progressivo, alcançar o estágio final. Isso sob o fundamento de que, tal como indica o sentido denotativo do termo, a mudança seguiria rumo a evolução do simples ao complexo, ou do pior para o melhor. A própria terminologia do desenvolvimento é pautada por oposições, tais como desenvolvido/subdesenvolvido, adiantado/atrasado, Primeiro Mundo/Terceiro Mundo, exatamente para justificar a corrida em direção “ao farol”, como uma meta desejável, necessária e inevitável (RIBEIRO 2008:118).

“Desenvolver-se” torna-se, assim, o objetivo dos países que, a partir de então, passam a lidar o problema de carregarem o status de “subdesenvolvidos”. Esse processo desencadeou uma onda modernizadora em toda a América do Sul, reformulando a relação dos governos com os setores primários da economia. Os setores primários, como a agricultura e a extração mineral, passaram a representar uma condição do subdesenvolvimento, correlacionados à pobreza, e à dependência, característica das economias de enclave, comumente associadas ao passado colonial.

O desenvolvimento viria, dessa forma, através da industrialização, e a essa caberia os esforços dos governos que, a partir de então, lançaram diversos programas com o objetivo de

modernizar os seus países. No Brasil, o questionamento da dependência do extrativismo enquanto garantia para o crescimento econômico foi questionado, com maior ênfase, a partir de 1950, quando foi proposto o modelo de industrialização via substituição de importações. Naquele momento, as críticas recaíam sobre os padrões de troca desiguais dados pelo comércio internacional e, como alternativa, se defendia a substituição das importações de produtos industriais básicos através do desenvolvimento do setor manufatureiro (MILANEZ & SANTOS, 2013:123).

Segundo Gudynas (2015:377) um ponto a ser observado é o fato de que, durante esses anos, não se negava a importância de se extrair intensivamente os recursos naturais, porém, o que era tido como o “verdadeiro” desenvolvimento iria mais adiante da simples qualificação de países provedores de minerais, petróleo e recursos agrícolas. Nesse período, os extrativismos deveriam servir, apenas, como insumos para uma diversificação da produção em geral, fornecendo capital que possibilitasse o financiamento da industrialização do país. Agências como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial, nas décadas de 1950/1960, defendiam o extrativismo como essencial para o desenvolvimento.

Superado o período desenvolvimentista, tornou-se óbvio que o crescimento econômico não foi capaz de minimizar as diferenças entre os países do Norte e do Sul, e tão pouco acabar com os problemas sociais presentes nos países “subdesenvolvidos”. Pelo contrário, os processos em curso iam no caminho contrário, acentuando as desigualdades presentes tanto na geografia global, quanto internamente às nações.

A crítica ao desenvolvimento, enquanto ideologia econômica e política internacional, ganha força nesse contexto, principalmente devido aos seus diversos desdobramentos sociais e ambientais. O conceito passou por um processo de empobrecimento, aparecendo, muitas vezes, como sinônimo de crescimento econômico, se reduzindo a um simples crescimento da renda *per capita* nas áreas economicamente subdesenvolvidas. A essa altura, os economistas começaram a considerar os aspectos sociais, principal fonte da crítica ao paradigma, como “obstáculos sociais” (ESTEVA, 2000:68).

Porém, ao mesmo tempo, o termo desenvolvimento estava tão enraizado no imaginário social, que passou a adquirir novas conotações, passando por modificações, de forma a não se fragilizar, mesmo com as inúmeras críticas a ele levantadas:

A plasticidade do discurso sobre desenvolvimento é central para assegurar sua viabilidade continuada; ele está “sempre em processo de transformação, de cumprir promessas”. A variação das apropriações da idéia de desenvolvimento, assim como as tentativas de reformá-la expressam-se nos numerosos adjetivos que formam parte da sua história: industrial, capitalista, para dentro, para fora, comunitário, desigual, dependente, sustentável, humano. Essas variações e tensões refletem não apenas as experiências históricas acumuladas por diferentes grupos de poder em suas lutas por hegemonia internamente ao campo do desenvolvimento, mas também diferentes momentos de integração do sistema capitalista mundial. (RIBEIRO 2008:118).

Os anos 1990 são marcados por uma nova configuração do conceito, o “redesenvolvimento”, que tinha como objetivo, nos países do Norte, ajustar o que foi mal desenvolvido ou o que está obsoleto, e, no Sul, o de se consolidar frente à resistência organizada ao desenvolvimento e a economia. Em termos conceituais, essa nova forma aparece com o título de “desenvolvimento sustentável”⁵, elaborado explicitamente como uma estratégia para sustentar o desenvolvimento, contrariando seus termos de preservação da vida natural e social (ESTEVA, 2000:72). Segundo o autor

Como uma construção conceitual, a economia luta para submeter a seu controle e subordinar a sua lógica todas as outras formas de interação social e todas as sociedades que invade. O estabelecimento de valores econômicos exige a desvalorização de todas as outras formas de vida social (ESTEVA, 2000:74)

A sustentabilidade foi apropriada enquanto argumento pela indústria extrativa, que passou a utilizar da ideia de que a extração sustentável poderia se tornar uma realidade, através de uma indústria “moderna”, dotada de tecnologias avançadas, trabalhadores capacitados e com bons salários, gestão ambiental, responsabilidade social e empresarial (GUDYNAS, 2015:73).

No Brasil, apesar dos benefícios desfrutados na década de 1950 e 1960, ao longo da década de 1970 o modelo de industrialização via substituição de importações sofreu um enorme desgaste, relacionado, principalmente, à elevação da dívida externa e a um grande crescimento do *déficit* comercial do país. Um dos desdobramentos desse processo foi a grave crise financeira dos anos 1980, caracterizada pelas baixas taxas de crescimento econômico, fruto da reorientação de estratégias econômicas que objetivavam o pagamento da dívida. Esse processo, associado a

⁵ O desenvolvimento sustentável é tema de várias análises que expõem sua inconsistência, contradições e fragilidade. Porém, no escopo desse trabalho, focaremos apenas em como o paradigma do desenvolvimento sustentável perpetuou o ideal de modernização da sociedade, reavivando o conceito de desenvolvimento. Para saber mais consultar Zhouri (2005); Carneiro (2005); Barbieri (1997); Martinez-Alier (1999).

mudanças no cenário internacional, resultou em um cenário propício à consolidação dos ideais neoliberais propostos pelo Consenso de Washington (MILANEZ & SANTOS, 2013:124).

Segundo Milanez & Santos (2013:123-126), a maioria dos países da América Latina passaram, nesse período, por um processo de redução do tamanho do Estado, entrada de capitais transnacionais, abertura comercial e privatização de empresas públicas. No caso da mineração brasileira, importantes estatais foram privatizadas, a exemplo da Cia. Vale do Rio Doce (CVRD) e a Minero Peru. Contudo, a baixa competitividade internacional dos produtos industrializados regionais levou os países a, novamente, se apoiarem na exportação de produtos intensivos em recursos naturais, para os quais ainda possuíam vantagens comparativas.

A situação revelou-se ainda mais complexa quando, no início do século XXI, partidos considerados progressistas assumiram o poder em diversos países da América Latina, a exemplo do Brasil, Bolívia, Equador, Uruguai e Venezuela. Nesse momento, o desenvolvimento voltou a ser a pauta política desses países.

En efecto, el progresismo mantiene las creencias en el desarrollo como un proceso de avance, sobre todo material, empujado por el crecimiento económico, el que, a su vez, depende esencialmente de una intensa apropiación de la naturaleza, la atracción de inversión extranjera y la promoción de exportaciones (GUDYNAS, 2015:374)

As práticas extrativas assumem, assim, o papel de indispensáveis para a transição do subdesenvolvimento para o desenvolvimento. A apropriação e exportação massiva dos recursos naturais passam a ser utilizadas, por esses governos, como positiva e necessária, e o discurso de “progresso” e “desenvolvimento” retoma seu prestígio inicial.

As empresas mineradoras frequentemente se utilizam desses ideais para “vender” a sua imagem para as populações localizadas em suas áreas de instalação. É comum o discurso das grandes empresas se utilizarem de expressões como “vamos trazer o desenvolvimento para a cidade”, “traremos o progresso”, em contraposição à estigmatização desses locais como “atrasados”. Esse discurso é corroborado por órgãos de governo e agentes políticos com atuação nas diversas esferas: nacionais, estaduais e locais, que também fazem uso de imagens que associam as atividades extrativas ao “interesse nacional” ou ao “interesse público” (MILANEZ & SANTOS, 2013:124).

Segundo Gudynas (2015:238), o aumento do preço das matérias primas está associado à concentração geográfica dos recursos na América Latina e também ao fato de que, a partir de 2007, com a crise econômica nos países industrializados, muitos investidores globais abandonaram o setor financeiro para investir em ativos mais tradicionais, como os minerais, a energia e os alimentos, intensificando o processo de expansão desses setores na América do Sul, de uma maneira geral.

No Brasil, nesse período, o governo do Partido dos Trabalhadores (PT) lançou, em 2004, a Política Industrial Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE), com o objetivo de fortalecer e expandir a base industrial brasileira por meio da melhoria da capacidade inovadora das empresas, seguida da Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP), instituída pelo Governo Federal em 2008, que tinha o objetivo de fortalecer a economia do país, sustentar o crescimento e incentivar a exportação. Posteriormente, no governo da presidenta Dilma Rousseff, foi instituído o Plano Brasil Maior, que estabeleceu a política industrial, tecnológica, de serviços e de comércio exterior para o período de 2011 a 2014, cujo foco era o estímulo à inovação e à produção nacional para alavancar a competitividade da indústria nos mercados interno e externo, dando amplo apoio a grandes projetos de infraestrutura, com destaque para a construção de hidrelétricas e a aceleração da concessão de licenças à grandes projetos minerários⁶.

Conforme ressaltam Milanez & Santos (2013:126) uma variação, em escala local, do discurso de crescimento econômico, diz respeito às indústrias extrativas como “vetores do desenvolvimento”, consolidando o processo de reprimarização da economia e inúmeros outros desdobramentos sociais, culturais, políticos e econômicos, compondo o que diversos autores denominam **modelo neoextrativista** (ACOSTA 2016; ZHOURI 2016; BEBBINGTON 2003; GUDYNAS 2015).

⁶ Fonte: Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI) <http://www.abdi.com.br/Paginas/politica_industrial.aspx>

1.2 Neoextrativismo: a consolidação do processo de reprimarização da economia através do discurso do desenvolvimento

Os últimos anos, na América do Sul, têm sido marcados pela expansão dos extrativismos. Extrativismo, em sua definição mais comum, refere-se à apropriação de recursos naturais para a exportação e sua origem remete a acumulação em grande escala, resultado da colonização da América, África e Ásia, há quinhentos anos. Nesse período, a acumulação extrativista se deu através das demandas das metrópoles, se caracterizando pela sobre-exploração da mão de obra local e dos recursos naturais. Como fruto desse contexto histórico, algumas regiões se especializaram na extração e produção de matérias primas, os hoje denominados “bens primários”. Em contrapartida, outras regiões assumiram o papel de grandes produtoras de manufaturas.

Na prática, o extrativismo se apresenta como um “saque e apropriação colonial e neocolonial”, assumindo diversas roupagens ao longo da história, servindo à consolidação do desenvolvimento industrial e do bem-estar do Norte global, revelando que essa dependência da “metrópole”, a despeito das grandes reformas econômicas, se manteve praticamente inalterada. O contexto histórico desse processo é muito complexo e não poderá ser explanado aqui, mas teve efeitos diretos sobre os modos de apropriação da natureza (e os extrativismos atuais) (ACOSTA, 2016:50).

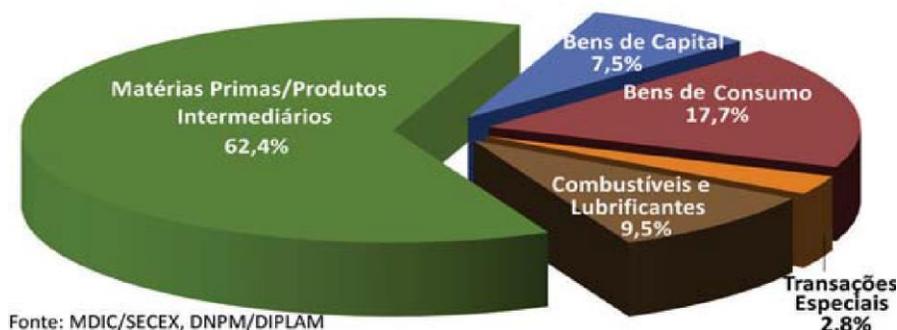
O termo extrativismo reaparece a partir da década de 1990, como um modelo de extração de recursos naturais, em grande volume ou intensidade, não processados ou com processamento mínimo, voltados, sobretudo, para a exportação (ACOSTA 2016:50). A expansão desse processo econômico se intensificou nos últimos anos devido ao aumento do preço das matérias primas e a grande demanda internacional de bens primários. Esse contexto tem como um dos fatores principais o aumento da demanda de *commodities* pelos países industrializados e pelas economias emergentes, substancialmente, a China. Soma-se, a esse contexto, a adoção, por parte dos países da América do Sul, de políticas de incentivos à instalação de grandes empreendimentos extrativos através de diversas estratégias, com destaque para os incentivos fiscais e as flexibilizações ambientais e sociais (GUDYNAS, 2016:198).

Exemplifica-se, nesse sentido, a atuação do Estado através do suporte financeiro, construção de infraestrutura e benefícios fiscais, tornando o campo propício para investimentos. No primeiro âmbito, podemos exemplificar com a concessão de empréstimos feitos pelo Estado

para grandes grupos atuantes em setores intensivos de bens naturais, como a Vale S.A., através de recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) (Milanez & Santos, 2013). Em relação à infraestrutura, no caso do neoextrativismo a prioridade é dada para a implementação de canais para escoamento da produção com fins de abastecimento do mercado internacional, como por exemplo, a construção de vias, aeroportos e portos, obras associadas ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

Esse contexto tornou o cenário propício para os extrativismos se diversificarem e se converterem, em ritmos e caminhos diversos a partir da primeira metade do século XX, em estratégias centrais para o desenvolvimento dos países da América do Sul, fosse eles governados por partidos conservadores ou progressistas⁷. Revelando cenários que se caracterizam pelo aparecimento de novos produtos, multiplicação dos volumes removidos, crescimento das exportações e dos setores extrativos em cada país (GUDYNAS, 2015:31). Trata-se, portanto, de um processo de *reprimarização da economia*, ou seja, uma tendência para a exportação de produtos com baixo valor agregado. O cenário brasileiro é emblemático, para representar esse processo.

FIGURA 01 - COMPOSIÇÃO DAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS POR CATEGORIA DE USO (2014)



Segundo Tadzio Coelho (2012:40), dos quinze principais produtos exportados pelo Brasil em 2010, dez podem ser considerados *commodities*. Dentre eles, destaca-se a posição ocupada pelo minério de ferro, principal produto de exportação, com 15,3% do total de exportações.

⁷ Gudynas (2015:105) compreende como partidos conservadores aqueles que são descritos como de direita e de centro-direita. Segundo o autor, os extrativismos conservadores sustentam a ideia de que a expansão do setor produz derrames no mercado até atingir toda a sociedade. Em contrapartida, os governos progressistas são definidos como uma “nova esquerda” onde os extrativismos são justificados a partir de uma correlação entre a expansão do setor e a luta contra a pobreza, via programas de assistência social.

FIGURA 02 - SÉRIE HISTÓRICA DO VALOR TOTAL AGREGADO DE PRODUTOS EXPORTADOS PELO BRASIL

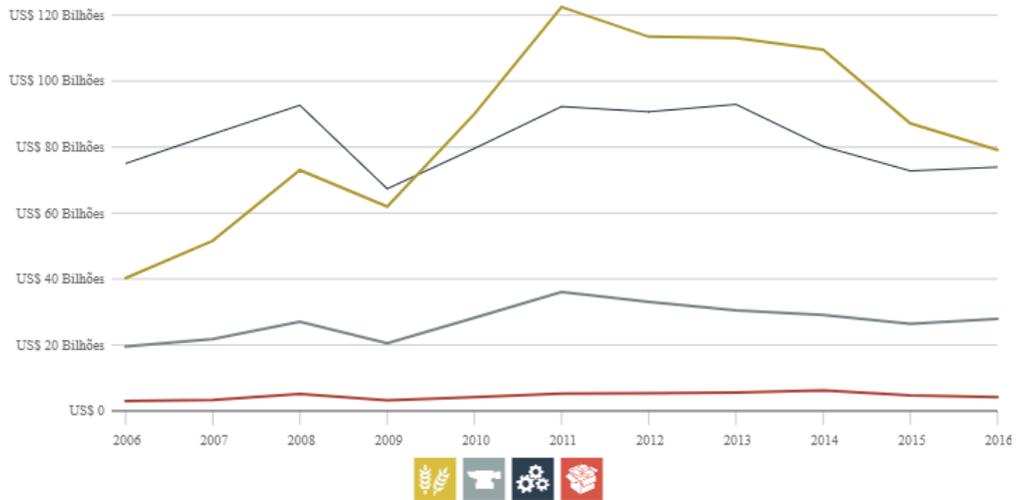
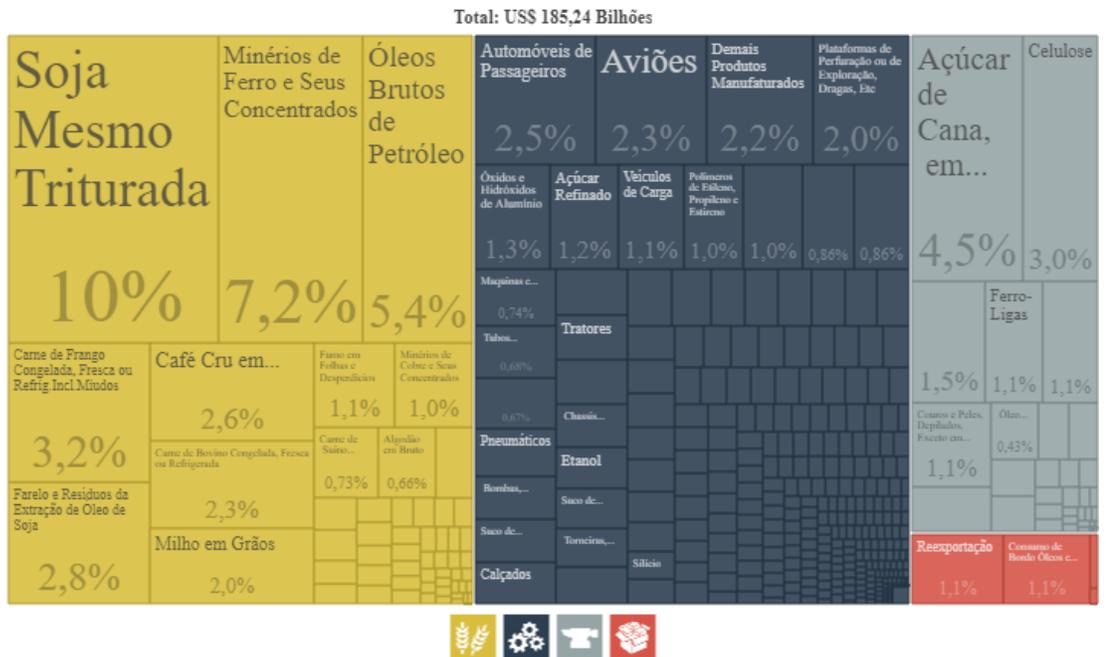


FIGURA 03 - PRINCIPAIS PRODUTOS EXPORTADOS E VALOR AGREGADO (2016)



Segundo o projeto de Visualizações de Comércio Exterior do Brasil (Comex Vis)⁸ em 2011, pico da arrecadação, os produtos básicos (minério de ferro, petróleo bruto, soja, açúcar e complexo carnes), corresponderam a 47,8% do valor total exportado pelo Brasil, valor consideravelmente maior que o apresentado em 2006 (29,2%).

Svampa (2013) analisa esse processo como a passagem do Consenso de Washington para o que ela denomina “Consenso de *Commodities*”:

Lo que de modo general aquí denominados el ingreso en un nuevo orden, a la vez económico y político-ideológico, sostenido por el boom de los precios internacionales de las materias primas y los bienes de consumo cada vez más demandados por los países centrales y las potencias emergentes, lo cual genera indudables ventajas comparativas visibles en el crecimiento económico y el aumento de las reservas monetarias, al tiempo que produce nuevas asimetrías y profundas desigualdades en las sociedades latinoamericanas. (SVAMPA, 2013: 31)

Ou seja, a primazia da exportação de bens primários, mais que uma reforma econômica, é acompanhada de mudanças profundas no que tange a aspectos territoriais, sociais, culturais e políticos, principalmente ligados à intensificação dos conflitos relativos a lógicas de uso e apropriação do espaço. Entende-se, portanto, que tanto o Estado quanto as empresas operam na lógica economicista, de otimização da extração de recursos naturais para o fim de produção de *commodities*, ao mesmo tempo reafirmar e aprofundam as desigualdades sociais presentes nesses territórios.

Gudynas (2015:42) relata que a entrada no século XXI foi acompanhada por um aumento exponencial dos extrativismos minero, petrolero e agrícola em toda América Latina. Ainda, segundo o autor, a mineração ilustra esse incremento em todas as suas dimensões. Segundo ele, o volume de minerais extraídos duplicou nos países sul-americanos entre os anos 2000 e 2010, chegando a 600 milhões de toneladas ao ano. E as exportações provenientes das minas e canteiros se multiplicaram por quatro, passando de US\$ 52701 milhões nos anos 2000 a US\$ 203083 milhões em 2012. O Brasil, nesse contexto, ocupa posição destacada, uma vez que a extração minerária do país em volume é maior que a extração de todos os países da América do Sul somados.

⁸ <http://www.mdic.gov.br/comercio-exterior/estatisticas-de-comercio-exterior/comex-vis>

FIGURA 04- PRODUÇÃO DE MINERAIS: POSIÇÃO MUNDIAL DO BRASIL (2012)

Exportador (Global Player)	Exportador	Autossuficiente	Importador/ Produtor	Dependência Externa
Nióbio (1°) Minério de Ferro (2°) Manganês (2°) Tantalita (2°) Grafite (3°) Bauxita (2°) Rochas Ornamentais (4°)	Níquel Magnesita Caulim Estanho Vermiculita Cromo Ouro	Calcário Diamante Industrial Talco Titânio Tungstênio	Cobre Diatomito Fosfato Zinco	Carvão Metalúrgico Enxofre Potássio Terras Raras

Fonte: DNPM/PNM 2030/IBRAM – 2012

Segundo dados do IBRAM (2015), atualmente, a extração mineral do Brasil compõe um conjunto de 72 substâncias minerais, das quais 23 são metálicas, 45 não metálicas e 4 energéticas. No último relatório disponibilizado pelo órgão, esses minerais eram extraídos a partir da concessão de 13.250 licenças de lavra, 1820 lavras garimpeiras e 830 complexos de água mineral. Ainda, segundo o instituto, a arrecadação do setor passou de 13 bilhões de dólares em 2005, para 38 bilhões de dólares em 2015, ressaltando-se o pico de 53 bilhões de dólares em 2011, ápice da arrecadação.

Porém, apesar de os números parecerem favoráveis, a expansão da economia extrativista, baseada na concentração das atividades econômicas voltadas para a exportação, funciona de acordo com uma lógica denominada de “enclave”, caracterizada pelo isolamento dos extrativismos do resto da economia e do mercado regionais e/ou nacionais, e pela extrema dependência do mercado externo mundial, principalmente da China, principal compradora dos recursos minerais brasileiros.

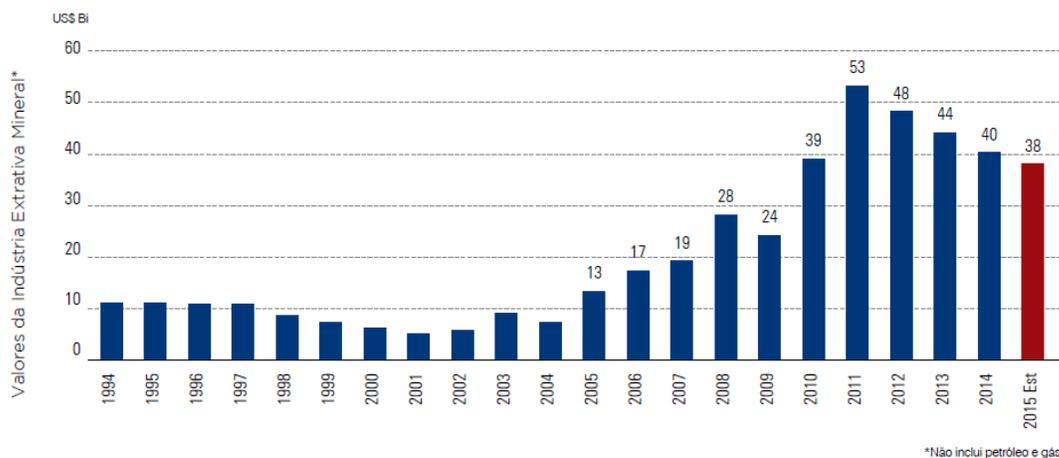
Essa dependência revela-se ainda mais acentuada pela baixa elasticidade de renda das matérias primas⁹, sua possibilidade de substituição por elementos sintéticos, pelo preço dos *commodities* serem regulados pelo mercado externo e, por isso, não possuírem poder de monopólio, pela baixa contribuição tecnológica e de inovação e pela diminuição da disponibilidade de matérias primas (ACOSTA 2016:53). Outro fato a ser considerado é o oligopólio global dos recursos, caracterizado pela concentração de um grupo pequeno de empresas globais que dominam a extração e comercialização de matérias primas a nível mundial. A título de exemplo, no caso do minério de ferro brasileiro, as maiores produtoras são a Vale (82%), CSN (5,45%) e Samarco (6,29%) (IBRAM, 2015).

⁹ Relação entre a variação relativa na quantidade procurada ou ofertada de um bem e uma variação relativa de seu preço, isso é, o preço do minério cresce menos numa proporção menor do que a sua produção (COELHO 2012:55 *apud* SANDRONI 2005:287)

Esses fatores, somados, criam um contexto de grande vulnerabilidade, exacerbado pelo fato histórico de que os preços desses produtos tem a particularidade de apresentarem crescimento por curtos períodos e, em seguida, voltarem à média inicial. Essa forte dependência da exportação de bens primários, considerando seu peso no balanço comercial dos países latino-americanos, faz com que mesmo em períodos de baixa nos preços, as empresas extrativas invistam em maior extração, a fim de compensar as perdas, reforçando os extrativismos.

Segundo o relatório do IBRAM (2015:14), o decréscimo dos valores da indústria extrativa mineral, observado na Figura 05 é, justamente, resultado da redução do preço das commodities minerais e da queda da atividade mineral no mundo. Contudo, não significou, no Brasil, um decréscimo da produção. Ou seja, a diminuição dos preços foi compensada pela intensificação da produção, potencializando a pressão sobre os recursos naturais e sobre as comunidades que nele vivem e tiram seu sustento. Coelho (2012:50) observa, ainda, que além da já debatida reprimarização da economia brasileira, há uma forte especialização do minério de ferro no campo da produção mineral.

FIGURA 05 – EVOLUÇÃO DA PRODUÇÃO MINERAL BRASILEIRA



Fonte: Relatório Anual IBRAM (2015)

É o que Acosta (2016:56) define como “crescimento empobrecedor”, que, segundo ele, caracteriza-se por um processo em que:

A volatilidade que caracteriza os preços das matérias-primas no mercado internacional faz uma economia primário-exportadora sofrer problemas recorrentes de balança de pagamentos e contas fiscais, o que promove dependência financeira externa e submete as atividades econômica e sociopolítica nacionais a erráticas flutuações.

O autor ainda chama atenção para o fato que a abundância de recursos internos, alimentada pelo fluxo das exportações, alimenta uma expansão consumista que se confunde com aumento da qualidade de vida e é frequentemente utilizada por políticos como meio de legitimação da adoção dos extrativismos como via para o desenvolvimento do país.

Esses processos demonstram, também, como o imaginário da “vocação extrativista” do continente está arraigado no imaginário social e político: seja em tempos de bonança ou de crise, os extrativismos são eleitos como indispensáveis para o desenvolvimento. Se os preços estão em alta, o discurso se calca no aproveitamento da janela de oportunidades; se os preços caem, argumenta-se que   necessário o incremento das atividades para compensar os danos, aumentando os volumes extraídos e favorecendo a aprova o de novos empreendimentos, em despeito das inúmeras quest es sociais e ambientais por tr s dessa expansão.

Gudynas (2015:186) e Acosta (2016:59) associam esse quadro ao que eles definem como a “maldi o da abund ncia em recursos naturais”.

En su forma m s simple y esquemática, se entiende que los países con grandes dotaciones de recursos naturales tienden a depender demasiado de la exportación de esos recursos, y su desempeño en otras dimensiones del desarrollo es limitado, quedando estancados en situaciones de pobreza. La riqueza en materias primas termina siendo una maldición que, a juicio de esas teorías, impide lo que se considera un verdadero desarrollo. Incluso, los proponentes de la teoría de las materias primas básicas, reconocen que puede quedar encerrados en ese tipo de comercio (GUDYNAS 2015:186)

Em quase todos os países, nesse sentido, é instalada uma pol mica em rela o   pobreza e os extrativismos. Por um lado, os governos defendem os extrativismos como um mecanismo importante na luta contra a pobreza, através da gera o de empregos, dinamismo local, aumento do terceiro setor, entre outros. Em contrapartida, segundo Gudynas (2015:293) acumulam-se denúncias e estudos que demonstram que locais onde se implantam empreendimentos extrativistas mant m as condi es de pobreza, em alguns casos podendo agrav -las.

TABELA 01- Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) ¹⁰e Porcentagem de pessoas vivendo abaixo da linha da pobreza nas principais economias extrativistas na América Latina (Human Development Report 2016 – PNUD)

País	IDH		Pobreza
	Valor	Posição Global	
Bolívia	0,662	119	38,6
Colômbia	0,720	97	27,8
Equador	0,732	88	23,3
Brasil	0,755	75	7,4
Peru	0,734	84	21,8
Venezuela	0,762	71	-
México	0,756	74	53,2
Uruguai	0,793	52	-
Argentina	0,836	40	-
Chile	0,832	42	-

O autor ressalta que muitos extrativismos expõem contrastes impactantes, uma vez que, por um lado, trazem para esses locais empreendimentos multimilionários, com executivos e gerentes que possuem altos salários e grande poder de compra. Por outro, o resto da população, que segue com as condições de pobreza, com habitações com sérias limitações, tais como carência de cobertura de serviços públicos em saúde e educação, altas jornadas de trabalho e pouco poder aquisitivo.

O discurso extrativista se constrói, segundo MONTEZUMA *et al* (2016), levando em consideração duas estratégias: a matematização dos ganhos, a partir da ênfase nos seus benefícios, destacando, por exemplo, a oferta de emprego¹¹, geração de impostos e aumento do dinamismo da região e; na abstração dos sujeitos sociais de suas relações assimétricas, ou seja, causando a falsa impressão de que todos se beneficiarão da mesma forma da implementação do projeto. Gudynas (2015:72) acrescenta, ainda, a gestão técnico-científica, que se baseia na crença de que os saberes científicos são suficientes para prever e prevenir impactos, assim como disponibiliza ferramentas

¹⁰ O IDH é uma medida resumida do progresso a longo prazo em três dimensões básicas do desenvolvimento humano: renda, educação e saúde. O índice vai de zero a um, os países com índices entre 0,500 e 0,799 são considerados de médio desenvolvimento humano e países com IDH superior a 0,800 têm desenvolvimento humano considerado alto.

¹¹ É evidente que os extrativismos geram um pico de atividades econômicas e emprego em suas fases iniciais, porém, logo sofrem um decréscimo nas fases de operação e tornam-se cada vez mais raros conforme o projeto se estabelece ao longo do tempo.

para evitá-los ou reduzi-los a níveis aceitáveis, propiciando o ocultamento dos efeitos negativos. Estratégias como as flexibilizações sociais e ambientais¹² são muito utilizadas, nesse sentido. Zhouri (2008:4) caracteriza esse processo como o paradigma da adequação ambiental que:

é destinado a viabilizar o projeto técnico, incorporando-lhe algumas "externalidades" ambientais e sociais na forma de medidas mitigadoras e compensatórias, desde que essas, obviamente, não inviabilizem o projeto do ponto de vista econômico-orçamentário (ZHOURI 2008:4).

Gudynas (2015:125) ressalta, ainda, situações em que as formalidades legais são resguardadas, porém, as consequências são claramente ilegais, é o que ele define como alegalidade. Em outras palavras, os governos se utilizam de brechas em normas sociais e ambientais, resguardando que os parâmetros considerados permaneçam formalmente dentro da lei, e assim garantir que grandes empreendimentos sejam implementados, em despeito das suas consequências negativas. Dessa forma, os “custos” ambientais e sociais são tidos como “externalidades” e desconsiderados nas planilhas de custo x benefício desses grandes projetos.

Paralelamente, a fiscalização é precária – em muitos casos as multas nunca são aplicadas, ou quando se efetivam, não compreendem o valor real do dano – configurando certa impunidade aos infratores e, muitas vezes, a ação do Estado atua indiretamente nessas flexibilizações, através do corte de recursos para agências de fiscalização, concursos para técnicos, comprometendo a capacidade de trabalho desses órgãos. (GUDYNAS, 2015:76)

Outra importante estratégia de legitimação dos extrativismos é definida política de “Estado Compensador” Gudynas (2015:321). Nesse sentido, o Estado propõe-se a implantar programas de combate à pobreza a partir da distribuição dos recursos fiscais oriundos dos ganhos da indústria extrativista. Essa situação torna o cenário de implementação de grandes empresas ainda mais complexo, uma vez que possui desdobramentos profundos na discussão política frente aos extrativismos, uma vez que qualquer crítica a esses empreendimentos passa a ser tida como uma posição contrária à luta contra a pobreza. Milanez & Santos ressaltam que:

¹² Segundo Gudynas (2015:80) define-se como flexibilização social situações onde as reclamações locais são desestimadas e em alguns casos invisibilizando os atores envolvidos; em outros casos, mesmo que sejam reconhecidos, se minimizam ou desconsideram suas denúncias, e finalmente, situações onde se apela para a imposição. Já a flexibilização ambiental caracteriza-se pela flexibilização, minimização ou redução dos controles e exigências ambientais a fim de permitir a concessão de licenças.

No caso do Brasil, embora não haja conexão direta entre a renda extrativa e programas sociais como o Programa Bolsa Família (PBF), a legitimação para intensificação das atividades extrativas vem se dando por meio da vinculação da renda capturada pelo Estado na forma de royalties a investimentos em educação, tanto no caso do petróleo, quanto na proposta do novo marco legal da mineração (Milanez & Santos, 2013:15)

Porém, ao mesmo tempo que o Estado assume as novas responsabilidades características do neoextrativismo, sua ausência no âmbito da garantia de efetivação dos direitos de povos e comunidades tradicionais provoca uma perda de autonomia e de governança dessas populações sobre seus próprios territórios, uma vez que os interesses das comunidades se contrapõem às investidas dos governos em parceria com as grandes empresas extrativas.

O Estado, nesse sentido, para além de garantir a apropriação do território pelos atores privados, se mantém a parte das relações de violência que passam a ser estabelecidas nesses locais, resultando em um cenário em que presença estatal, bem como a cobertura do marco legal e garantia de direitos, se expressam de forma muito heterogênea espacialmente, configurando um cenário de violência e violações de direitos. (GUDYNAS, 2015:156).

Acosta (2016:60), aponta para um processo complexo que ele denomina como a “desterritorialização do Estado”, onde, segundo ele:

O Estado permanece (relativamente) alheio aos enclaves petrolíferos ou mineradores, deixando, por exemplo, o atendimento das demandas sociais nas mãos das empresas. Isso leva a uma gestão desorganizada e não planejada dessas regiões, que, inclusive, muitas vezes ficam à margem das leis nacionais. Tudo isso consolida um ambiente de violência generalizada, pobreza crescente e marginalidade que desemboca em respostas míopes e torpes de um Estado policial, que não cumpre suas obrigações sociais e econômicas(ACOSTA 2016:60).

A “desterritorialização do Estado”, associada ao *modus operandi* das grandes corporações, que buscam minimizar os custos da produção em detrimento dos aspectos sociais e ambientais, resultam em efeitos diversos para sociedades e para o meio em que vivem. Quando esses impactos ocorrem com o uso de violência, Gudynas (2015) os define como “extrahección”:

este vocablo tiene su origen en el término latino “extrahere”, donde “ex” significa fuera y “trahere” alude a quitar y arrastrar hacia si. Por lo tanto, extraher es aquí presentado para referirse al acto de tomar o quitar con violencia; es “arrancar” los recursos naturales, sea de las comunidades como de la naturaleza. De esta manera, la extraheccion seria el caso más agudo en el gradiente de apropiación de recursos naturales, en tanto se la impone con violencia y se quiebra el marco de derechos.

A *extraheccion* social ocorre justamente quando as comunidades passam a lidar com os malefícios das grandes empresas, sendo que estas, ao mesmo tempo, não consideram suas denúncias, ferem seus direitos e cidadania. Os desdobramentos implicam em efeitos significativos sobre a qualidade de vida e saúde, desmantelamento de comunidades, expulsão de agricultores, comprometimento do modo de vida e reprodução de povos e comunidades tradicionais. Já na dimensão ambiental, a *extraheccion* se dá quando se violam os direitos a qualidade de vida em um ambiente saudável e de acordo com os direitos à natureza, como por exemplo a perda da qualidade do ar e da água, secagem de nascentes, desmatamento e a perda da biodiversidade.

Uma característica importante, nesse contexto, é o fato de que os processos de *extraheccion* estão, na maioria das vezes, associados a comunidades mais “pobres”. Ou seja, populações indígenas, quilombolas, camponesas e comunidades tradicionais são atingidas desproporcionalmente pelas atividades extrativistas, causando injustiças ambientais. Segundo Leroy (2011:1):

Entendemos por injustiça ambiental o mecanismo pelo qual sociedades desiguais, do ponto de vista econômico e social, destinam a maior carga dos danos ambientais do desenvolvimento às populações de baixa renda, aos grupos raciais discriminados, aos povos étnicos tradicionais, aos bairros operários, às populações marginalizadas e vulneráveis.

Ou seja, além de serem historicamente marginalizadas, essas camadas da sociedade passam a ter que conviver com o ônus desses processos, ao mesmo tempo em que seus modos de vida e reprodução são desconsiderados e suas denúncias minimizadas. Essas comunidades são forçadas a monetarizar sua relação com os recursos e com o território, bens impossíveis de serem compensados economicamente, a fim de que suas demandas sejam atendidas. Muitas dessas demandas, por não serem passíveis de serem expressas em escalas monetarizadas, tais como valores sentimentais, religiosos e culturais, são desconsideradas por governos e empresas (Zhourri, 2005:18).

Essa incompatibilidade entre diferentes lógicas de concepção e apropriação do território gera o que Zhourri e Laschefski (2010:5-6) definem como conflitos ambientais, que, por sua vez, podem ser diferenciados por três modalidades:

a) os distributivos, derivados das desigualdades sociais no acesso e na utilização dos recursos naturais; (b) os espaciais, engendrados pelos efeitos ou impactos ambientais que ultrapassam os limites entre os territórios de diversos agentes ou grupos sociais; (c) e os territoriais, relacionados à apropriação capitalista da base territorial de grupos sociais.

Nesse sentido, Zhouri (2016) atenta para o fato de que a reprimarização da economia se cumpre por meio de um complexo processo de violência das afetações:

Trata-se de um processo que, definido alhures, pelos mercados mundiais, materializa-se nos lugares promovendo a expropriação, a destruição de ecossistemas, a desestruturação de economias regionais e locais, assim como a morte de formas de ser, fazer e viver territorializadas. As “afetações” ao meio ambiente, aos modos de vida comunitários, sejam indígenas ou tradicionais, são também violentadoras dos processos participativos e dos marcos regulatórios. A esse conjunto de violências intrínsecas à expansão da fronteira minerária nos países da América do Sul se somam também outras modalidades de violência, tais como as violências epistêmicas, simbólicas e raciais, caracterizando o que autores latinoamericanos denominam de colonialidade do poder, do saber e do ser.

Dessa forma, o projeto neoextrativista vem se consolidando América do Sul. Calçados por ideais desenvolvimentistas, os governos locais buscam ampliar o mercado extrativo evidenciando os benefícios econômicos de grandes projetos extrativistas. Ao mesmo tempo, acentuam-se os impactos associados a essa nova indústria e com eles crescem os movimentos de resistência por grupos e comunidades atingidos.

A partir desta análise, o que se percebe é que o paradigma neoextrativista não é uma completa inovação institucional, mas sim uma combinação de aspectos historicamente enraizados na paisagem econômica e política latino-americana. Apesar dos elementos novos, o modelo de desenvolvimento se constitui pela apropriação e releitura de elementos característicos de períodos passados (Milanez & Santos 2013:13).

No Brasil, são inúmeros os exemplos de megaprojetos representativos do cenário previamente relatado. Um deles, o empreendimento Minas-Rio, é emblemático do modo como se reproduz o modelo neoextrativista em escalas local e regional. Buscarei, dessa forma, relatar como se deu o processo de licenciamento do empreendimento e os impactos dele decorrentes em uma comunidade rural no interior de Minas Gerais.

1.3 O Projeto Minas-Rio

O projeto Minas-Rio, da mineradora britânica Anglo American, é um dos maiores complexos mínero-portuários do mundo. O projeto divide-se em duas grandes zonas, uma onde está localizada a lavra, que se estenderá por 12km, entre as Serras do Sapo e da Ferrugem, em Conceição do Mato Dentro (MG), até os limites de Itaponhoacanga, em Alvorada de Minas. Nessa região, também estão instaladas a planta de beneficiamento e tratamento do minério, as pilhas de estéril e a barragem de rejeitos, todas licenciadas em um mesmo processo (GESTA, Mapa dos Conflitos Ambientais 2016).¹³ A outra parte do complexo, localiza-se em São João da Barra, no litoral do estado do Rio de Janeiro, área onde foi instalado o Porto do Açú. Além disso, o projeto abarca estruturas associadas, a saber, o maior mineroduto do mundo, com 529 km de extensão, que faz a ligação da cava até o porto, perpassando 33 municípios (26 em Minas Gerais e 7 no Rio de Janeiro), uma linha independente de transmissão de energia derivada da subestação da Companhia Energética do Estado de Minas Gerais (CEMIG), na cidade de Itabira, e uma adutora de água, cuja captação se dá no Rio do Peixe (Bacia do Rio Doce), no município de Dom Joaquim, para fornecimento de água limpa ao processo industrial.

A produção de minério de ferro do Minas-Rio, hoje em processo de *ramp-up*¹⁴, pretende atingir a meta de produção de 26,5 milhões de toneladas por ano de minério de ferro, para abastecimento do mercado exterior. Segundo o Parecer único da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SISEMA) (2008:8) “Apesar de viável economicamente, o percentual médio do teor de ferro do jazimento é considerado baixo, implicando extrações de grandes volumes, com grande geração de estéril e rejeitos”.

O projeto Minas-Rio, desde as suas primeiras atividades, mesmo antes da Licença Prévia, vem sendo objeto de contestação e inúmeras denúncias de impactos ambientais e violação de direitos humanos (PRATES, 2014:11). As denúncias se concentram, majoritariamente, sobre as definições de “áreas afetadas” adotadas pela empresa, que restringe o reconhecimento do conjunto de comunidades atingidas; ao subdimensionamento dos efeitos ambientais e sociais deflagradas

¹³ Para um histórico detalhado do caso, consultar a ficha técnica “Resistência à Mineração da Anglo Ferrous Minas-Rio S.A. em Conceição do Mato Dentro”, no Observatório dos Conflitos Ambientais de Minas Gerais. Disponível em: <http://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/conflito/?id=253>.

¹⁴ É a fase inicial de um processo de produção, marcada pelo crescimento gradual da produção até alcançar a sua estabilização.

pelo empreendimento; a flexibilização do processo de licenciamento; ao modo como a empresa conduz os processos de negociação com famílias moradoras do entorno do empreendimento.

As primeiras denúncias remetem às aquisições de terras, em 2007, com a chegada da empresa Borba Gato Agropastoril S.A. Com o discurso de aquisição de terras para criação de cavalos, a companhia, subsidiária da MMX Mineração e Metálicos S.A., nunca revelou sua real conexão com a empresa de Eike Batista. Um dos possíveis motivos seria esconder o verdadeiro fim das áreas, para mineração, e que esse objetivo poderia causar resistência, por parte dos moradores, para a venda ¹⁵ (DIVERSUS 2011:169).

Em 2008, foi assinado entre o empresário e o Governo de Minas, do então governador Aécio Neves, um protocolo de intenções para investimento no estado. Em seguida, a MMX vendeu as suas ações para a também acionária Anglo American, passando o projeto a ser denominado com o nome fantasia de Anglo American Projeto Minas-Rio. No mesmo ano, a empresa, a despeito das inúmeras manifestações contrárias a implantação do complexo – inclusive em audiência pública –, recebeu a licença prévia, associada a inúmeras condicionantes atreladas à etapa seguinte. Muitas dessas condicionantes nunca foram cumpridas, fato que contribuiu para o aprofundamento do quadro de vulnerabilidade das famílias que lutam até hoje pelo seu reconhecimento enquanto atingidas (PEREIRA, BECKER & WILDHAGEN 2013:130).

Esse processo, caracterizado como um "jogo de mitigação", caracteriza-se pela prevalência da lógica de mercado *vis-a-vis* aos danos sociais e ambientais. Nesse jogo, as políticas e normas ambientais são estigmatizadas como entraves ao desenvolvimento, e essas comunidades são “sacrificadas” face ao crescimento econômico, restando a elas apenas medidas mitigadoras e compensatórias. O processo de licenciamento torna-se, assim, um instrumento legitimador da implantação de grandes projetos, contrariando seu pressuposto de avaliação de sustentabilidade das obras (ZHOURI 2008).

O caso Minas-Rio é, ainda, um exemplo emblemático de como o processo de licenciamento foi flexibilizado em prol das licenças ao projeto. A mina foi licenciada pela Superintendência Regional de Meio Ambiente (SUPRAM), órgão ambiental mineiro, o mineroduto pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), e, o porto, pelo órgão

¹⁵ Essa estratégia de negociação prévia com os moradores configura um *modus operandi* das grandes empresas, uma vez que facilita a concessão de Licença Prévia junto ao Órgão Ambiental, ao mesmo tempo em que fragmenta e individualiza as negociações, enfraquece os movimentos de resistência, relações familiares e com a terra (RIBEIRO, 2015).

ambiental do Rio de Janeiro, Instituto Estadual do Ambiental do Rio de Janeiro (INEA) (GESTA, Mapa dos Conflitos Ambientais 2016). O desmantelamento do processo, que demonstra a lógica de apropriação do território pela companhia, além de não possibilitar uma visão holística do projeto, contribui para o subdimensionamento de impactos, fragmentação de famílias/sujeitos, bem como o processo de organização e luta. A questão torna-se ainda mais complexa pelo fato das estruturas do projeto, bem como sua área de influência, colidirem com terras tradicionalmente ocupadas (ZHOURI 2016:126-127).

Segundo parecer antropológico elaborado pelo MPF em 2009 trata-se de sítios familiares territorialmente articulados entre si, conformando verdadeiras comunidades de parentesco, que, caracterizam-se, em diversos casos, por terrenos de herança e, portanto, uso comunal da terra (SANTOS 2009). Esses territórios, mantidos através de dinâmicas territoriais intrínsecas aos grupos, não foram considerados nos estudos de impacto ambiental (EIA/RIMA), reduzindo toda a complexidade do sistema.

Outra tática marcante foi a fragmentação da Licença de Instalação (LI) em Fase I e II, concedidas em dezembro de 2009 e dezembro de 2010 respectivamente, onde a fase I correspondia as condicionantes cumpridas e a II as condicionantes não efetivadas, permitindo, dessa forma a empresa acessar a licença de instalação com centenas de condicionantes não cumpridas na licença prévia (LEITE 2017:22).

Em 2014, a Licença de Operação (LO) da mina foi concedida, sem que o universo dos atingidos, tal como previsto na condicionante 45/2008, que era da fase da LP, fosse reconhecido. A reunião da 86ªURC Jequitinhonha, no dia 29 de Setembro de 2014, foi marcada pela deslegitimação dos atingidos, desconsideração de denúncias e forte repressão policial, inclusive com a prisão de integrantes do movimento social (PENNA 2017).

Em Outubro de 2015, foi concedida a Licença Prévia, concomitante com a Licença de Instalação, da segunda etapa do empreendimento (Otimização da Mina), mais uma vez a despeito das inúmeras condicionantes não cumpridas, negligenciadas em todo o processo. Um ano depois, em outubro de 2016 foi concedida a Licença de Operação do Step 2. Atualmente, tramita na URC Jequitinhonha o processo de licenciamento do Step 3 do empreendimento, a expansão da Mina, em um cenário de perpetuação de denúncias dos atingidos, falta de transparência e violações de direitos.

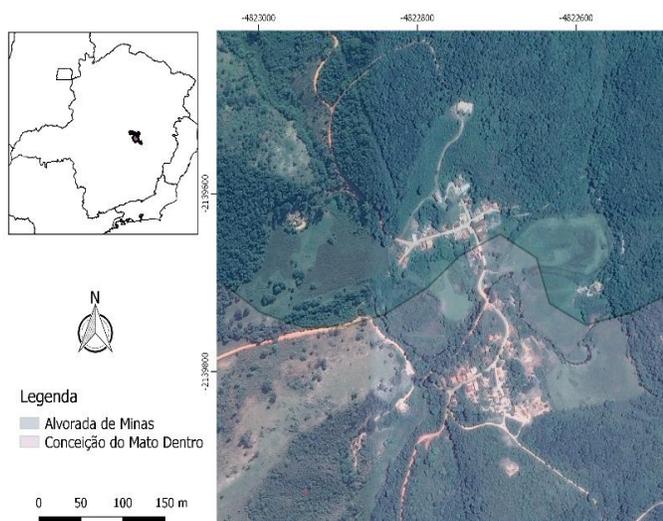
CAPÍTULO 2

Disputas sobre as diferentes formas de apropriação do território

2.1.1. O Jassém

São José do Jassém, ou apenas Jassém, como é conhecido na região, é um distrito que divide sua administração entre as prefeituras de Conceição do Mato Dentro e Alvorada de Minas. Ainda, é limítrofe de um terceiro município, Dom Joaquim. Desde Conceição, são 40km, 20 deles em estrada de terra. O acesso é facilitado por placas de identificação, encontradas na MG-010, que evidenciam a importância da comunidade para a região, que, apesar de se encontrar distante do núcleo urbano, é comumente conhecida pelos moradores da cidade. É, também, uma referência na compra de produtos e acesso a serviços como escola e posto de saúde por outras comunidades rurais, como por exemplo Água Quente e Passa Sete. Sua influência se reflete, inclusive, no nome dado à estrada da região, popularmente conhecida como “Estrada do Jassém”. Os principais laços sociais dos moradores de São José do Jassém são constituídos por relações de parentesco e de amizade.

MAPA 01 – DIVISÕES ADMINISTRATIVAS DO JASSÉM



Fonte: IBGE . Elaboração: Yasmin Antonietti

A comunidade é cortada ao meio pelo Rio São José, resultado da junção dos córregos Passa Sete, Teodoro e Água Quente, recurso natural de fundamental importância na construção da identidade do território, divisão física que marca, inclusive, a distinção entre duas zonas do distrito: o Jassém e o Alto do Pompéu¹⁶.

Seguindo pela “estrada do Jassém”, deixando a via de terra, passada a ponte e entrando pelo calçamento, caímos na parte baixa, ao norte do rio São José, no núcleo da comunidade. Essa zona, composta por duas ruas perpendiculares, é onde se encontra a maior parte da movimentação do local, principalmente por abarcar os equipamentos públicos da comunidade, como a escola¹⁷, o posto telefônico¹⁸ e o posto de saúde¹⁹. É, também, onde se encontram as duas vendas, os dois bares e a casa paroquial, além de cerca de 23 casas.

FOTO 01 – VISTA DO ALTO DA CAPELA – JASSÉM E POMPÉU



Fonte: Acervo GESTA, 2014

¹⁶ Apesar da distinção feita pelos moradores quanto à divisão entre as duas zonas, é sempre ressaltado que ambas fazem parte da mesma comunidade: São José do Jassém

¹⁷ A Escola Estadual São José do Jassém, apesar de já ter oferecido o ensino médio, hoje só conta com o ensino fundamental, segundo relato, possui 33 alunos matriculados no integral e 20 alunos no ensino regular.

¹⁸ Nos pontos mais altos da comunidade – Igreja e Cemitério – funcionam celulares de algumas operadoras, porém, devido à “dificuldade” de acesso, encontra-se disponível um telefone fixo para uso da população.

¹⁹ O posto de saúde conta com a presença de uma médica e um auxiliar de saúde uma vez a cada 15 dias (no último campo, em 28/01/2017 o serviço estava suspenso devido a problemas administrativos relacionados à posse do novo prefeito em Alvorada de Minas)

Já o Alto do Pompéu, localizado na vertente oposta, constitui-se, basicamente, por residências familiares, cerca de 27, com exceção de uma casa que é utilizada para cultos de uma igreja evangélica. Ainda, no morro oposto ao Pompéu, estão localizadas a capela da padroeira local, Nossa Senhora da Conceição, e o pequeno cemitério.

2.1.2. Memória e História da Comunidade

A história da comunidade, segundo relatos dos moradores, se inicia com a doação de terras de fazendeiros locais para Nossa Senhora da Conceição. Através das entrevistas, constatamos algumas divergências nas narrativas, não tendo sido possível averiguar quantos teriam sido os doadores, nem seus nomes. Apesar disso, foi recorrente a menção ao nome de Bento José Simões e Nhô Juca, grandes fazendeiros da região.

Segundo Moura (2014:18) conta a tradição local que uma escrava, Maria Faustina, encontrou a imagem de Nossa Senhora da Conceição na Fazenda Mombaça e levou-a para casa. No dia seguinte, a santa teria desaparecido e retornado ao local onde foi encontrada e assim ocorreu por diversas vezes. Tocados pela história, os fazendeiros da região mandaram construir uma capela para a santa, local onde ela se encontra até os dias atuais. Com o tempo, segue a autora, os trabalhadores que viviam “arranchados” nas fazendas da região migraram para a terra de “Nossa Senhora”, que era “*pra pobreza morar*”.

A comunidade enquadra-se, dessa forma, no que Almeida (2008:149) define como “terra de santo”:

pode-se dizer que ela se refere à desagregação de extensos domínios territoriais pertencentes à Igreja. (...) Consoante o santo padroeiro destas fazendas, foram sendo adotadas denominações próprias, que recobriam seus limites e lhe conferiam unidade territorial. Assim, tem-se as terras de Santa Tereza, de Santana e de São Raimundo (...) Nas chamadas “terras de santo”, entretanto, as formas de uso comum coexistem, ao nível da imaginação dos moradores, com uma legitimação jurídica de fato destes domínios, onde o santo aparece representado como proprietário legítimo, a despeito das formalidades legais requeridas pelo código da sociedade nacional. Sobressaem nestas unidades sociais os denominados “encarregados” ou lideranças do grupo que teriam basicamente funções vinculadas ao ciclo de festas e ao cerimonial religioso.

Considerando a alusão à figura de um encarregado, chegamos ao nome de Dona “Das Dores”, ou Tia Dora, como é conhecida pela maioria dos moradores. Sempre que perguntávamos sobre a história da comunidade e quais seriam os habitantes mais antigos, todos indicavam a ‘Tia Dora’. Dona “Das Dores” é uma senhora de grande simpatia, guarda o respeito e admiração de todos os moradores do Jassém, possuindo, dessa forma, o status de “madrinha”. Essa posição advém, para além do fato de ter sido nascida e criada ali, do fato de ela ser a “guardiã” dos documentos da Igreja, que contam a história da comunidade. Foi, também, amiga de Dona Amelinha, antiga fazendeira sempre presente nos relatos e figura fundamental na constituição do distrito. Após o falecimento desta, Das Dores assumiu, naturalmente, um papel de influência.

A casa da “Tia Dora” encontra-se mais afastada das demais, atrás da ponte e ao lado do Rio São José. Nas épocas de chuva, “nos tempos antigos”, era comum ela e o marido ficarem isolados em casa devido ao aumento da vazão do rio que impossibilitava o acesso à estrada. Ao explicar o motivo da visita - conhecer mais sobre a história do Jassém - Das Dores buscou documentos e fotos para falar da história “certa”, referindo-se à “história escrita”. Disse que os documentos são da Igreja, mas Dona Amelinha deixou sob sua responsabilidade, uma vez que elas eram amigas e sempre se ajudaram com os afazeres da igreja e da casa paroquial.

FOTO 02 - “SANTINHO” DO CENTENÁRIO DA CAPELA DE NOSSA SENHORA DO JASSÉM



Fonte: Acervo GESTA, 2016

As terras doadas pelos “Simões” passaram a ser administradas por Amélia Augusta Pimenta, a “D. Milinha”. Nessa época, o povoado do Jassém só possuía cerca de sete casinhas de sapé e a pequena capela. D. Amélia era esposa de um grande fazendeiro da região, José Daniel Utsch, que, nesse período, era prefeito do então município de Santo Antônio do Rio do Peixe²⁰ e sempre lembrado como o responsável pela reforma da capela²¹.

Ainda segundo os documentos, em 1939 foi celebrada a primeira missa festiva na capela reformada, ministrada pelo Padre Francisco Xavier Ferreira. Nos anos seguintes, foi construída a casa paroquial e o povoado recebeu a escola municipal. Em 1963, a escola passou a ser estadual. Ainda, nesse período, enquanto José Daniel ainda era prefeito, foram construídos o posto de saúde, o posto telefônico, a ponte, foi feita a instalação de luz elétrica e a pavimentação da rua principal da comunidade.

Com o tempo, o Jassém começou a crescer, devido à atração dos moradores do entorno pelas melhorias apresentadas na região e também pelo crescimento natural das famílias que ali já residiam. Nos relatos, os moradores antigos são muito saudosos aos tempos antigos da região, quando a água do rio era farta e limpa - e de onde era retirada a água para alimentação, banho, lavagem de roupa e lazer – quando só “morava gente dali”, quando não tinha “empresa”, inúmeras nascentes e quando podia-se ir e vir sem os limites das terras da Anglo American.

2.1.3. Terra, Trabalho e Produção

Falar da terra, do trabalho e da produção foi um caminho difícil. Os moradores do Jassém, apesar de remeterem sempre ao trabalho agrícola, quando questionados sobre o sistema econômico de produção, pouco nos revelaram sobre as condições de trabalho, o nome dos fazendeiros para quem trabalhavam e momentos em que essas relações foram perdidas, uma vez que percebemos que, atualmente, a maioria dos moradores trabalha para a prefeitura da Alvorada de Minas.

²⁰ Em 1962, o distrito de Santo Antônio do Rio do Peixe desmembrou-se em dois: Alvorada de Minas e Serro. Após essa ruptura, João Daniel Utsch ainda foi prefeito de Alvorada de Minas entre os anos de 1967 e 1970.

²¹ Após a reforma da capela e sua transformação na igreja, o nome passou a ser Igreja de Nossa Senhora da Conceição, e não mais Capela Nossa Senhora do Jassém, como na foto acima exposta.

De acordo com Moura (2014:21), com a doação de terras e conseqüente migração dos agregados para as terras do Jassém, as relações entre esses e os fazendeiros foram transformadas em relações de trabalho por diária ou em sistema de parceria.

As roças mobilizavam o trabalho de toda a família: homens, mulheres e crianças plantavam e cultivavam, principalmente, milho e feijão nos regimes de "meias" com os fazendeiros. Muitas vezes, uma mesma família plantava roças com mais de um fazendeiro – quando acontecia de o terreno ser vendido, ou então repartido por questões de herança, se mudava a parceria de fazendeiro e, conseqüentemente, de fazenda. (MOURA 2014:21)

Ao remeterem ao tempo dos plantios, os moradores revelaram que o trabalho estava ligado, majoritariamente, às plantações na “meia”²² com os fazendeiros da região. Os quintais, apesar do zelo e do orgulho demonstrado pelos moradores (o que ainda podemos notar nos dias atuais), são pequenos, suficientes apenas para uma pequena produção, voltada para o próprio consumo.

Quanto às terras de grandes fazendeiros, foi comumente citado o nome de “Faninho”, em cuja propriedade, a Fazenda Estiva, eram plantados, sobretudo, o milho, o arroz e o feijão. Nenhum dos entrevistados relatou a prática da venda no mercado de Conceição do Mato Dentro.

Vocês produzem alguma coisa aqui?

Entrevistado 1: Ah, menina, nós temos uns pezinhos de banana aí, umas caninha, umas mandioquinha. Só pras despesas mesmo.

Sempre foi assim ou em algum momento vocês plantavam para vender?

Entrevistado 2: Nós plantamos demais, nossa senhora.

Entrevistado 3: Nós colhia aqui era 4, 5 alqueires de feijão no terreno dos outros. Agora não tem nem como plantar mais hoje, não.

Vocês trabalhavam na meia?

Entrevistado 3: Na meia. Isso mesmo.

(Trecho de entrevista com moradores do Pompéu, gravada em 28/07/2016)

Quando indagados sobre os motivos da interrupção dos plantios, nos foi relatado que, antes mesmo da chegada da empresa, a comunidade enfrentava um declínio das atividades, devido à transição da produção de bens alimentícios para a criação de gado e, conseqüentemente, o aumento das áreas plantadas com *braquiária*²³. Havia também uma perda de parte da produção, em decorrência de ataques de porcos do mato:

²² Sistema de “parceria” entre o fazendeiro e o trabalhador, no qual o primeiro cede as terras e as sementes e o segundo a força de trabalho. Ao fim do processo, a produção é dividida entre as partes conforme o acordo pré-estabelecido, no caso em questão, a metade da produção

²³ Espécie de gramínea cultivada com o objetivo de criação de pastagem para bovinos.

É porque assim... não é porque foi embora. Deu uns bicho aqui, atacava muito, os porcos do mato. Já tem porco do mato nessas capoeiras aqui, aí trouxe mais lá da serra, que eles retiraram de lá e trouxe pra cá. Então, fechou na roça aí acabou tudo. Nós punha cachorro lá de dia, quando ia dormir, no outro dia quando nós voltava já tinha comido tudo, lá praquela casa afora, assim. Comia feijão, comia o negócio todo. Nós fomos e desistimos. (Trecho de entrevista com morador do Pompéu, gravada em 28/07/2016)

Ainda assim, a chegada da empresa Anglo American constituiu um marco no processo da mudança no sistema de produção. O Jassém, localizado na Área de Compensação Florestal do empreendimento, foi uma das primeiras localidades a sofrer com a aquisição de terras, ainda através da empresa laranja “Borba Gato”. A Fazenda Estiva, citada como a primeira grande aquisição da Borba Gato Agropastoril, era, também, a fazenda mais próxima à comunidade, e que empregava a maior parte da mão de obra local. Em seguida, as demais fazendas foram sendo adquiridas. Hoje, o Jassém encontra-se sitiado em meio a áreas da Anglo, o que reduziu drasticamente as possibilidades de plantio e, portanto, alterou toda a relação de trabalho (MOURA 2014).

FOTO 03 – QUINTAL DA CASA DE MORADORA DO JASSÉM



Fonte: Arquivo GESTA 2016

Acrescenta-se, ainda, a reclamação frequente dos moradores em relação ao aparecimento de animais estranhos à região que, segundo eles, são soltos pela empresa nas áreas de compensação. Esses pisoteiam, comem ou matam a plantação, comprometendo, assim, a pequena produção local nos quintais das famílias e os obrigando a adotar procedimentos como, por exemplo, a instalação de cercas.

Ainda que, em todas as casas consigamos encontrar uma pequena produção destinada à subsistência, hoje, como anteriormente exposto, a principal fonte de trabalho dos moradores é a prefeitura da Alvorada de Minas. Os quintais caracterizam-se pela produção de hortaliças, mandioca, e algumas árvores frutíferas, como a goiabeira e a bananeira. Algumas famílias fazem criação de galinhas e, em apenas dois casos, identificamos a criação de animais (porcos e gado).

O setor de comércio é representado por duas pequenas vendas que atendem às necessidades básicas da população. Porém, para os demais produtos, os moradores indicam como referência de consumo as cidades de Conceição do Mato Dentro e Alvorada de Minas.

2.1.4. Tradições e Festas Religiosas

As questões religiosas, para além da presença de São José nos nomes do rio e da própria comunidade, são muito comuns nos relatos dos moradores do Jassém. Apesar da grande relação com São José, a padroeira da comunidade é Nossa Senhora da Conceição.

Aos domingos, quem conduz a reza é o morador José Maria, assistido pela D. Das Dores e, de 15 em 15 dias, a missa é regida pelo padre da região. Para além das cerimônias católicas, uma casa é cedida, no Pompéu, para a realização de cultos evangélicos, que, segundo relatos, acontecem uma vez por semana.

Quanto às festas tradicionais do distrito, destaca-se a celebração do Jubileu de São Sebastião, no dia 20 de janeiro. Os moradores relatam com muito saudosismo a festa. Segundo eles, é o período em que toda a comunidade trabalha junto em prol da realização do evento, muitos deles construindo barraquinhas para venda da produção, alimentos, artesanato ou mesmo para jogos infantis

FOTO 04 – IGREJA NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO



Fonte: Acervo GESTA, 2017

A organização parte da escolha de um “festeiro”, que é quem conduz a imagem de São Sebastião no dia do louvor e segue na escolha de um responsável “*pela reza*” nos dias que antecedem a comemoração. Nos dias de festa, a comunidade é anfitriã de membros das localidades vizinhas e até mesmo de residentes de Conceição do Mato Dentro e outras regiões, atraídos pela questão religiosa, mas também, pelos shows apresentados em um palco central, na rua principal da comunidade. O último dia de celebração é marcado pela cavalgada e pela procissão de São Sebastião.

Ademais, a população menciona o fim, recente, da festa de “*Nossa Senhora*”, em maio. Não se descreve o porquê da extinção da celebração, mas a história da festa sempre vem acompanhado do nome da “D. Milinha”, que parecia ser a maior organizadora e incentivadora do evento.

2.1.5. Relações com a prefeitura

Como já descrito anteriormente, o distrito de São José do Jassém divide sua administração entre duas prefeituras: a prefeitura de Alvorada de Minas e a prefeitura de Conceição do Mato Dentro. Na prática, todas as menções às atividades do poder municipal incidem sobre Alvorada de Minas. Essa responsabilização está intimamente ligada ao período em que José Daniel foi prefeito do município, quando diversas melhorias foram feitas na localidade, como já mencionado: o calçamento, a ponte, a instalação de postes de luz elétrica, a reforma da capela, a escola e o posto telefônico.

Atualmente é a prefeitura de Alvorada de Minas quem mais se faz presente, seja na concessão de postos de trabalho ou na implantação de obras, como a recente instalação do sistema de esgotamento sanitário.

FOTO 05 – PLACA OBRA DE IMPLANTAÇÃO DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO PELA PREFEITURA DE ALVORADA DE MINAS



Fonte: Arquivo GESTA, 2016

Porém, sempre é destacado pelos moradores que as atividades se concentram no período eleitoral e que, por mais que tragam melhorias, essas ainda são incipientes frente às necessidades dos moradores, principalmente no que tange ao transporte público.

Por sua vez, quase todos os entrevistados relatam a negligência da prefeitura de Conceição do Mato Dentro quanto às atividades na região e o desconhecimento acerca as obrigações da prefeitura de cada sede municipal. É comum, também, a associação, negativa, da imagem das prefeituras s atividades da mineradora, uma vez que a maioria das intervenções, como o esgotamento e a reforma do posto de saúde, ocorreram a partir de uma parceria entre a prefeitura de Alvorada de Minas e a Anglo American.

O esgoto é da prefeitura, né?

Entrevistado 1: É da prefeitura, uai.

Entrevistado 2: Você acha que é da prefeitura? A Anglo também tem dedo, bobo.

Entrevistado 1: É, olha a placona dela lá.

Entrevistado 2: Mas tudo é comunicado com a prefeitura mesmo. Tudo. Se não for a prefeitura, tudo tá comunicado com a prefeitura. Tudo tá unido com a prefeitura. Se esse pessoal tá aqui, a prefeitura é obrigada, porque foi ela que assinou o papel. Eles que autorizaram. (Trecho de entrevista com moradores do Pompéu, gravada em 28/07/2016)

2.2. Os efeitos socioeconômicos dados pela chegada da empresa

A relação da população do Jassém com a empresa é bem controversa e sofreu grandes mudanças após o rompimento da barragem Fundão, em Mariana, e as recentes demissões de moradores pelas empresas terceirizadas. Uma entrevistada do Pompéu destaca que “*a empresa enrola e engana, vinha pra cima de nós com aquelas palavras difíceis*”.

Entre os relatos, os entrevistados relembram a chegada da Borba Gato, antes mesmo da chegada da MMX, com a compra da fazenda Estiva. A história de um helicóptero rondando a comunidade é presente em diversas conversas, antes mesmo de se pensar na implementação de um grande empreendimento minerário. Segundo um morador, “*a firma foi chegando aos poucos. A gente viu um avião e depois vieram as reuniões*”

Apesar de apenas recentemente ter se engajado na luta e resistência frente ao Projeto Minas-Rio, a comunidade do Jassém já denunciava os efeitos os quais vinha sofrendo em decorrência do empreendimento desde, pelo menos, 2012, nas reuniões promovidas pelo Ministério Público de Minas Gerais (MPMG) através da Rede de Acompanhamento Socioambiental (REASA).

Uma das principais reclamações, presente em todos os relatos, para além da localização da comunidade à jusante da barragem de rejeitos, é a diminuição da vazão do rio São José. O curso d’água era utilizado pela comunidade para diversos fins, tais como a dessedentação de animais,

lavagem de roupas, vasilhas, água para consumo e banho, pesca e lazer. Notamos que todas as memórias são contadas com muito saudosismo, ao mesmo tempo em que trazem muita tristeza pelo comprometimento das atividades devido à diminuição da vazão e a contaminação da água do rio pelo empreendimento.

E esse rio aqui, na época da senhora?

Entrevistado 1: Esse rio era maravilhoso. Lindo, maravilhoso! Ô minha filha, tinha água, mas muita água mesmo! Nós buscava água no rio pra fazer comida, pra lavar roupa, pra tudo! Tudo nós buscava no rio. Agora tá tudo poluído. Nós vamos buscar onde, água, agora, me explica?

Entrevistado 2: Tem um produto que eles põe na água que nós não pode entrar na água não. Produto muito forte.

E o rio secou muito, né?

Entrevistado 1: Secou!

Entrevistado 2: Tinha água demais. Tinha um rio de água.

Entrevistado 3: Essa menina minha aqui, tomou banho no rio, ficou manchada de um jeito. Menina, nós gastamos quase 300 reais! Nó, ela ficou horrorosa! (...) Peixe morre. Dá até tristeza de ver os peixes morrendo.

(Trecho e entrevista com moradores do Pompéu, gravada em 28/07/2016)

Segundo estudo da Diversus (2011:111), teria havido um comprometimento das alternativas de abastecimento da comunidade e

As medidas de recuperação não tornarão os cursos d'água aptos ao consumo humano sem adoção prévia de procedimentos para tratamento da água, conforme o índice de qualidade verificado, podendo até mesmo ser necessário o tratamento avançado desta água para o abastecimento. Estas medidas também deverão ser precedidas ou acompanhadas por ações de controle por parte do empreendedor para evitar o aumento da degradação ambiental nestes cursos d'água, conforme anteriormente ressaltado (grifo meu)

Em novo estudo da mesma empresa de consultoria, no ano de 2014, a questão do comprometimento do abastecimento de água volta a ser ressaltada, porém, sem nenhuma recomendação que vise alguma ação da empresa em relação ao problema. Além disso, diversas atividades que dependiam da qualidade da água hoje se encontram interrompidas, incidindo diretamente sobre os modos de vida e reprodução da comunidade.

Outros temas muito presentes nas denúncias dos entrevistados estão intimamente ligados ao fato de o Jassém estar localizado em uma zona de Compensação Florestal do empreendimento Minas-Rio. Além de estarem “ilhados” em meio a terras da empresa, os moradores são obrigados

a conviver com os efeitos dessa relação, como o aparecimento de bichos estranhos e a proibição da retirada de lenha (MOURA 2014:68).

A lenha, além de ser o principal combustível para os fogões, também era utilizada para o cercamento de terrenos, construção de casas e também para a confecção de vassouras. Depois da compra dos terrenos limítrofes ao Jassém, os moradores foram cerceados da possibilidade de fazer a retirada da lenha e até mesmo adentrar nos terrenos da empresa. As áreas, antes de livre acesso, foram cercadas e placas proibitivas fixadas. Dessa forma, notamos em campo que, apesar da existência de fogões à lenha em todas as casas, esses foram parcialmente substituídos pelos fogões à gás.

FOTO 07 – PLACAS DA ANGLO AMERICAN NOS TERRENOS ANTES UTILIZADOS PELOS MORADORES DO JASSÉM



Fonte: Acervo GESTA, 2016

Os efeitos indiretos desse processo relacionam-se ao aumento das despesas da família, principalmente o acréscimo dos gastos com gás e com a conta de luz – já que o método de aquecimento da água para banho e calefação davam-se pela serpentina e pelo aquecimento natural, respectivamente – e, mais uma vez, o comprometimento dos modos de vida e reprodução tradicionais das famílias.

Outra reclamação frequente refere-se à presença de animais nunca antes encontrados na região. Os entrevistados nos contam que – apesar de nenhum documento oficial assumir que existe soltura de animais nas zonas de compensação ambiental – a empresa faz a captura de espécies na área de atividades da empresa e realiza a soltura nos terrenos a ela pertencentes nas adjacências do Jassém. A presença desses animais prejudica as plantações - pisoteando, se alimentando e

destruindo as roças - e também comprometem as criações, já que, muitas vezes, os animais que hoje são encontrados na região caracterizam-se pela predação de crias de pequeno porte, como, por exemplo, as galinhas. Nessa situação, muitos moradores veem-se obrigados a cercar parte do seu terreno, como medida protetiva às invasões, desembolsando grande quantia para tal, já que, agora, são forçados a comprar a madeiroa para a manutenção das cercas.

Inúmeros são os relatos de aparecimento de cobras dentro das residências, expondo os moradores, inclusive crianças e idosos, ao risco de serem picados. A orientação da empresa é que não se faça a matança dos animais, já que isso configuraria um crime ambiental, porém, não existe um posicionamento sobre qual seria, então, a medida a ser adotada.

Para além disso, tomamos conhecimento de denúncias em relação ao barulho de máquinas trabalhando a noite toda e ao aumento da insegurança na região. Uma moradora nos relata que foi feita refém dentro de sua própria casa por assaltantes que tinham como objetivo roubar a moto de seu filho. Os roubos e a violência, conforme pudemos perceber pelas entrevistas, são resultado do trânsito de pessoas desconhecidas, trazidas seja para trabalho na própria mineradora, ou atraídas pela movimentação na região.

Por fim, constatamos problemas no Programa de Apoio Produtivo, como o caso da construção de chiqueiro nos terrenos dos moradores. Como um caso relatado, apesar de lhes terem sido prometidas cercas para a construção e materiais para a manutenção, nada lhes foi entregue, e a moradora teve que arcar com gastos de mais de 1.000 reais para finalizar o projeto. Hoje, a criação de porcos demanda muita água, alimentação e tempo, mas a moradora se vê obrigada a continuar com a criação, uma vez que não consegue vender os porcos. Após o incentivo e o primeiro contato, a empresa não mais deu respostas e um posicionamento sobre a questão.

2.3 O Jassém e a barragem de rejeitos

Conforme descrito nos tópicos anteriores, são muitas e diversas as mudanças às quais os moradores do Jassém se viram submetidos. Porém, no último ano, as reivindicações da comunidade ganharam destaque devido a mudança de contexto desencadeada pelo rompimento da barragem de rejeitos de Fundão, na cidade de Mariana, em novembro de 2015. O desastre tecnológico, caracterizado como sendo o maior desastre ambiental da história do país, foi responsável por mortes, contaminação de recursos hídricos, extinção de espécies, comprometimento dos modos de

vida e reprodução social de diversas comunidades localizadas no rastro de destruição deixado pela lama proveniente da ruptura (ZHOURI, BOLADOS & CASTRO 2016:13). O caso de Mariana foi definitivo para reavivar o risco real a que estão submetidas as comunidades localizadas à **jusante da barragem de rejeitos** Minas-Rio.

A barragem de rejeitos do empreendimento, que possui capacidade de armazenamento de 370.000.000 de m³ de rejeitos (aproximadamente 148.000 piscinas olímpicas), é 7,4 vezes maior que a barragem de Fundão, em Mariana. A área do reservatório é de 875 ha, aproximadamente 1060 campos de futebol. Estima-se que a geração anual de rejeitos seja da ordem de 28.000.000 toneladas por ano, que será encaminhado na forma de polpa até a planta da barragem, onde, através do processo de sedimentação a polpa irá para o fundo e a fração sobrenadante será recuperada em uma Estação de Tratamento de Esgoto (ETE). A cota da barragem é de 725m, cujos estudos feitos pelo empreendedor indicam serem suficientes para reserva dos rejeitos por cerca de 20 anos (BRANDT 2007:55).

TABELA 02 – CARACTERÍSTICAS DA BARRAGEM DE REJEITOS DO PROJETO MINAS- RIO

Volume do reservatório (x 10 ⁶ m ³)	Cota da barragem (m)	Volume do dique inicial (x 10 ⁶ m ³)	Área do reservatório (ha)	Altura da barragem (m)	Massa de rejeitos (t) / Área do reservatório (m ²)
370	725	1,03	875	85	63,43

Fonte GE Geoconsultoria

Ainda segundo o EIA/RIMA da primeira fase do empreendimento, o regime operacional da barragem de rejeitos irá influenciar o balanço hídrico do empreendimento. A vazão de água descartada com os rejeitos será de 4.372m³/h sendo 874m³/h retidos na barragem e 3.498m³/h recuperada e recirculada no processo. Os impactos apontados no estudo são a desestruturação do solo, alteração da qualidade das águas, alteração nas propriedades do solo, alteração física da paisagem, supressão vegetal, indução a processos erosivos e assoreamento de cursos d'água.

Segundo a tabela de possíveis impactos relacionados à estrutura, temos, respectivamente, o fato, as causas, as consequências, a probabilidade, o teor do dano, a severidade do impacto e as medidas preventivas. Nota-se que não existe menção às comunidades situadas à jusante do reservatório

TABELA 03 – TABELA DE “IMPACTOS” PRESENTE NO EIA/RIMA DO EMPREENDIMENTO MINAS-RIO (BRANDT 2007)

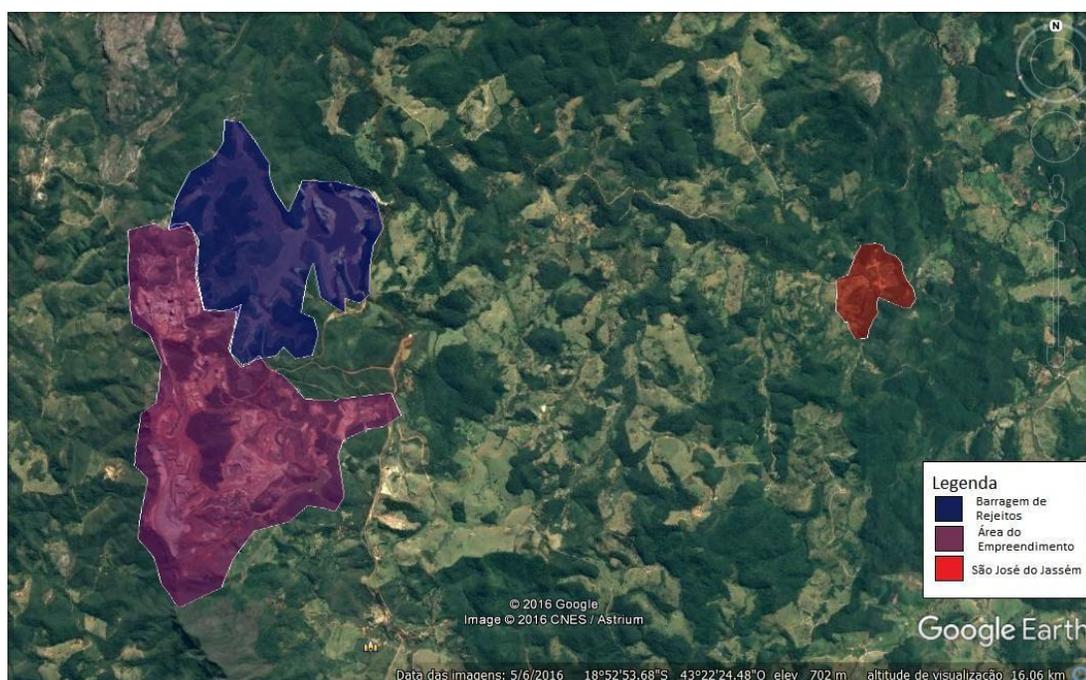
Risco	Causas	Consequências	Probabilidade	Teor do Dano	Severidad e do Impacto	Medidas Preventivas
Rompimento da barragem de rejeitos	<ul style="list-style-type: none"> • Dimensionamento Inadequado • Falha estrutural • Manutenção Inadequada • Excesso de Material • Baixa Capacidade de Retenção • Falha no sistema de extravasão • Precipitações Pluviométricas excepcionais 	<ul style="list-style-type: none"> • Carreamento de Sólidos • Poluição/ Contaminação das águas Superficiais 	<ul style="list-style-type: none"> • Pouco Provável 	Catastrófico	Elevado	<ul style="list-style-type: none"> • Projeto e Implantação Adequados • Vistoria, Fiscalização e manutenção periódica da barragem e do sistema de extravasão • Monitoramento dos níveis de assoreamento da barragem • Desassoreamento ou elevação da barragem antes do período chuvoso

A comunidade do Jassém localiza-se a cerca de 8 km da barragem de rejeitos da mineradora Anglo American, assim como outras duas comunidades, Passa Sete e Água Quente. Essa distância enquadra-se na chamada zona de autossalvamento, segundo o projeto de lei de iniciativa popular resultado da campanha “Mar de Lama Nunca Mais”, encabeçada pelo Ministério Público de Minas Gerais. O projeto tem como objetivo aumentar a segurança das barragens, bem como evitar desastres como o ocorrido em Mariana, tendo, como princípio, evitar que sejam instaladas barragens de rejeito próximas a núcleos populacionais. Como consta no seu Art. 5º:

Não será autorizada a instalação de barragem que identifique comunidade na zona de autossalvamento nos estudos de cenários de rupturas. Parágrafo único. Considera-se zona de autossalvamento, para os fins deste dispositivo, a região a jusante da barragem em que se verifica não haver tempo suficiente para uma intervenção concreta das autoridades competentes em caso de acidente, **tendo como área mínima o raio de 10 km a partir da estrutura principal do empreendimento.** (grifo meu)

O rompimento da barragem de Fundão em Mariana intensificou a consciência dos moradores acerca do risco a que estão, concreta e efetivamente, submetidos, e relatam que, após o evento, não conseguem mais “*ter paz*”.

MAPA 02 – LOCALIZAÇÃO DO JASSÉM E DAS ESTRUTURAS DO EMPREENDIMENTO MINAS-RIO



Fonte: Google Earth . Elaboração: Yasmin Antonietti

Durante todo o processo de licenciamento da fase 1 do empreendimento, as poucas participações dos moradores do Jassém estavam atreladas à denúncias que expunham o risco ao qual tinham que conviver, considerando a proximidade com a barragem, como foi relatado em uma reunião da REASA, em 17 de abril de 2012, onde o então diretor da Escola Estadual São José do Jassém faz a seguinte colocação:

Alunos chegam na escola, muitas vezes: “Oi, diretor”. Criança chega e fala assim: “Olha, é verdade que nós vamos morrer todo mundo? Estão construindo uma barragem toda grande lá em cima, a água vai passar aqui, vai matar todo mundo”. Eu fico sem saber o que eu respondo para uma criança daquelas. Ouvem em casa, ouve na rua, e as coisas vão todas para dentro da sala de aula, vai tudo para dentro da escola. Existe um medo enorme, um drama enorme, e é o que eu disse, que às vezes o silêncio dessas pessoas não faz com que cheguem aonde deve se chegar. Está tendo um descaso muito grande. (Trecho retirado da ata de reunião da REAJA, em 17/04/2012)

Os moradores questionavam, ainda, a ausência de alarmes, planos de emergência, rotas de fuga e treinamentos específicos para a evacuação em caso de rompimento.

Porém, as reivindicações eram tratadas como questões de “percepção” dos atingidos, tanto pela empresa, quanto pelo órgão ambiental. Esse tratamento é evidenciado, por exemplo, no relatório da Diversus de 2011, na qual o estudo qualifica o temor da população local como “consequência direta da falta de comunicação mais apropriada sobre o assunto por parte do empreendedor e a adoção de medidas preventivas específicas”.

No relatório da consultoria de 2014, permanece o relato de insegurança da população, registrado nas visitas de campo de 4 anos antes, porém, a postura da empresa permanece a mesma:

Devido a particularidade deste impacto e por se tratar de sentimentos da população sem fundamento técnico não é possível avaliar a significância deste. Porém ressalta-se que as recorrentes reclamações das comunidades evidenciam que provavelmente **os programas de comunicação da empresa sobre a estabilidade da barragem não estão sendo suficientes ou efetivos.** (...). Além disso, vale ressaltar que este impacto não ocorre isoladamente e torna-se mais intenso quando somado aos outros impactos supracitados. Porém o impacto é reversível, uma vez que, **depende somente da implantação de medidas por parte do empreendedor que demonstrem a segurança e estabilidade da barragem de rejeitos.** (Diversus 2014:146)

O desastre de Mariana foi fundamental, nesse sentido, para evidenciar o perigo real e concreto ao qual estão sujeitos os moradores das comunidades do Jassém, Passa Sete e Água Quente. Os moradores, com medo que a tragédia se repita com a barragem da Anglo American, desde o final de 2015 vem se organizando em encontros e reuniões que tem como objetivo discutir frente a empresa e o órgão licenciador encaminhamentos quanto a posição na qual se encontram. Em todas as reuniões e manifestações públicas, os moradores trazem a pauta do reassentamento.

Em campo, notamos que todos os moradores mostram-se conscientes que estão vivendo em uma área de risco. Quase todos os relatos traziam falas como “*eu deito e não sei se vou levantar*”, “*não se brinca com água*”, “*essa empresa chegou para arrasar tudo, principalmente a minha*

vida. *Eu penso dia e noite nessa barragem*”. O temor é, ainda, impulsionado por dois fatores: relatos de antigos trabalhadores das empresas terceirizadas e os episódios de enchentes muito presentes na história comunidade.

Muitos moradores do Jassém fizeram parte do processo de construção da barragem, muitos deles relatando histórias de trincas, de falta de cuidado dos técnicos da empresa, de erosões e da falta da manutenção da represa. Segundo eles, a barragem apresenta diversas falhas e a exposição dessa informação ao restante dos habitantes do Jassém os deixam ainda mais receosos quanto a segurança da estrutura.

É porque esse povo de Anglo, esse povo é muito assim... eu não sei não, eles ficam com uma mentirada pra gente, uma mentirada que é um trem que eu nem levo fé no que eles falam. Porque é tudo mentira. Tá falando as coisas sabendo que não é aquilo que tá acontecendo. Quem trabalha lá, vem e comunica. Quem vê a barragem, vem e comunica com a gente. Não é aquilo que eles vem e fala aqui no Jassém. (Trecho de entrevista com moradora do Pompéu, gravada em 27/07/2016)

Outro fator que exacerba o medo frente ao rompimento da barragem são os episódios de cheia os quais os moradores do Jassém costumam presenciar. A parte baixa do Jassém, principalmente as áreas atrás da escola e a rua principal costumam ficar alagadas nas épocas de chuva. Esses episódios, por si sós, já traziam o contexto de medo e preocupação para o cotidiano dos moradores. Agora, o medo da chuva soma-se ao novo risco associado à ela: o rompimento da barragem.

Entrevistado 1: Se começar a chover a barragem entorna.

Entrevistado 2: Entorna. Se começar a chover em março igual antigamente

Entrevistado 1: De primeiro, aqui chovia 45 dias, agora não tá chovendo mais. 45 dias direto, você lembra?

Entrevistado 2: Noite e dia. Noite e dia, né, mãe? (...). Se voltar esse tempo, ô coitada, minha filha, ela não aguenta não. Não aguenta de jeito nenhum!

Entrevistado 3: E o rapaz falando ontem que ela não arrebenta não, ah não arrebenta!

Entrevistado 1: E quem garante que não arrebenta? Ninguém garante.

Entrevistado 2: Não sei se terra e areia segura água. Segura não, ué.

(Trecho de entrevista com moradores do Pompéu, gravada em 28/07/2016)

Para além disso, os moradores reclamam dos fortes odores que advém da estrutura, *“parece que a gente tá respirando química”*.

A única medida tomada até agora pela empresa Anglo American, frente à todos os danos descritos, envolve a tentativa de instalação de uma sirene de alerta para o rompimento da barragem. A falta do equipamento de alerta foi apontada como uma das principais falhas da empresa Samarco,

no caso da barragem Fundão e, considerando a obrigatoriedade de instalação do alerta sonoro, a empresa Anglo American vem realizando diversas pressões para que se instale o equipamento do alto do Jassém.

Os habitantes da comunidade entendem que permitir a instalação da sirene desobrigará a empresa de considerar a hipótese do reassentamento. Além disso, tomando como exemplo a o caso de Mariana, consideram que a sirene não garante nenhuma segurança aos moradores e que, em caso de rompimento, toda a comunidade seria devastada, da mesma forma.

Todos os fatores já evidenciados, somados às tentativas da empresa de cumprir com a instalação da sirene, criou um cenário em que os moradores viram a necessidade de se posicionar pública e contrariamente à empresa, o que os engajou na luta e na resistência frente ao empreendimento Minas-Rio.

CAPÍTULO 3

Da “resistência cotidiana” à mobilização: um olhar sobre o Jassém

Quarta-Feira, 27 de julho de 2016. Os moradores de São José do Jassém abriram mão da sua rotina diária para se organizar para uma reunião convocada por eles mesmos com funcionários da Anglo American. Crianças, adultos e idosos já haviam se reunido no sábado anterior para se prepararem para o momento, confeccionando cartazes e alinhando falas; naquele momento, restavam apenas os últimos ajustes. Aos poucos, o aglomerado de pessoas em frente à Escola Estadual aumentava, assim como a inquietação resultante do momento. Para muitos, era a primeira vez que se reuniam coletivamente na busca por seus direitos.

O momento era reflexo da tentativa da empresa de instalação de uma sirene de alerta sonoro como medida preventiva quanto a um possível rompimento da barragem de rejeitos. A ação, interrompida pelos moradores do Jassém, deu início a uma série de questionamentos dos moradores quanto ao risco a que estão submetidos por viverem abaixo da barragem de rejeitos, e a falta de informações quanto a essa situação. Por isso, no dia da interrupção dos veículos e funcionários que deveriam fazer a instalação da sirene, os membros da comunidade solicitaram uma reunião com a empresa.

A primeira grande inquietação percebida nos moradores era referente à mudança do local de realização do encontro. Os moradores estavam obstinados em conduzir o momento de acordo com seus interesses e a mudança do local do posto de saúde para a escola já demonstrava uma tentativa da empresa de barrar essa autonomia. Porém, a medida foi respondida com a apropriação do espaço pelos moradores: o espaço aberto da escola foi coberto por cartazes que diziam “Não queremos ser outra Bento Rodrigues”, “Queremos dormir sem precisar sair correndo sem rumo”, “Somos todos atingidos”, entre tantos outros argumentos alusivos ao rompimento da barragem de rejeitos e à definição da categoria de atingidos.

Conforme a hora de início da reunião se aproximava, os moradores faziam questão de fazer contato com moradores de comunidades vizinhas, principalmente Água Quente e Passa Sete, que também se localizam abaixo da barragem do empreendimento. No dia anterior, funcionária do “Relações com a comunidade” havia alertado para o fato de a reunião se restringir apenas aos

moradores do Jassém. Aos poucos, a rua principal da comunidade se encheu de carros, que trouxeram outros atingidos para a reunião.

Às 19 horas, cerca de 5 funcionários da empresa chegaram à escola. As cadeiras, dispostas em fila, estavam completamente preenchidas pelos moradores e membros das comunidades vizinhas. A reunião começou a ser conduzida por uma liderança da comunidade, que evidenciou as dúvidas e o medo que se instalou entre os moradores após o desastre de Mariana.

A primeira oportunidade de fala da funcionária da empresa Anglo American se iniciou, em meio a olhares de descontentamento e desconfiança, com afirmações que sugeriam que a interrupção da sirene na semana anterior fora resultado de “um imprevisto e falha na comunicação”. A fala foi fortemente refutada pelos presentes, que gritavam frases de indignação tais como “sirene não é alternativa de segurança”, “sirene é pra bandido” e “não vamos ser tratados como ratos de laboratório”. A funcionária em questão, alegando a execução de trabalho voluntário, era presença constante na comunidade, tendo adquirido grande confiança dos moradores. Porém, conforme avançava em seu discurso, respondido com firmeza pelos moradores, seus objetivos se tornavam mais claros para os presentes, principalmente quando indagada sua relação com a empresa, até então não explicitada. .

O momento crítico sobreveio quando a funcionária afirmou saber “quantos passos por dia davam cada morador”, enquanto falava no cadastro de idosos da comunidade. Nesse momento, uma líder comunitária começou a questionar cada pessoa idosa presente, se essa havia sido entrevistada por qualquer funcionário da Anglo. Todas as respostas negativas colocaram em questão a política de levantamento da empresa, bem como os verdadeiros motivos da presença da funcionária na comunidade.

A reunião seguiu conduzida pelos moradores que, para além do grave problema da barragem, falavam sobre a falta de água, insegurança, proibição de retirada de lenha em terrenos que hoje são da empresa, construção de viveiro para macacos e a presença constante de funcionários da empresa no local, reiterando, a cada problema mencionado, a necessidade da adoção da política de reassentamento.

Na tentativa de retomar a condução do momento, o Coordenador de Relações Institucionais com a Comunidade se defendia dizendo não possuir todas as informações referentes à barragem, e que essas deveriam ser direcionadas ao responsável técnico da estrutura, que não estava presente. Ao assegurar o não rompimento da barragem, o funcionário foi confrontado com documentos

técnicos, tais como o relatório da Fundação Estadual de Meio Ambiente - FEAM e o Parecer Técnico encomendado pelo Ministério Público Federal, nos quais são relatados diversos pontos críticos que comprometem a segurança da barragem, a que se seguiram relatos dos moradores acerca do contexto do desastre de Mariana.

Em coro, em diversos momentos, os atingidos clamaram pelo reassentamento. Apesar da presença e fala da polícia, os moradores mantiveram firme a postura de questionamento e insatisfação com a política adotada pela empresa. Insatisfeitos com a maneira em que a reunião estava sendo conduzida, os funcionários decidiram se retirar, sem mais explicações.

Os moradores permaneceram na escola por mais cerca de uma hora, na qual aproveitaram para fazer um balanço da reunião e conversar sobre os próximos passos. No “calor” do momento, muitos deles queriam se organizar para fazer uma paralisação da MG-010 na madrugada imediata ao fim da reunião.

FOTO 08 - REUNIÃO ENTRE MORADORES DO JASSÉM E FUNCIONÁRIOS DA ANGLO PARA DISCUSSÃO SOBRE A BARRAGEM DE REJEITOS



Fonte: Acervo GESTA, 2016

Desde então, os moradores mostraram-se mais combativos e assumiram protagonismo na luta, se revelando um importante aporte junto movimentos de resistência, desde o segundo semestre de 2016.

Porém, durante os primeiros anos de implementação e funcionamento do empreendimento, foram poucos os registros da participação de membros da comunidade no movimento de resistência constituído por atingidos pelo projeto.

É importante ressaltar, nesse sentido, que o movimento de resistência deflagrado em Conceição do Mato Dentro é bastante complexo, e, como aponta Bebbington (2011:69), a noção de rede torna-se limitada para compreender ações fluídas e heterogêneas que compuseram a atuação dos atingidos.

Los movimientos sociales pueden ser entendidos como procesos de acción colectiva, difusa em términos espaciales y temporales, pero que se sostienen em el tempo a pesar de ser difusos y presentar altibajos. Em este sentido, um movimiento social es una forma de acción colectiva pero no es um actor em sí mismo. Es más bien um processo, sostenido por um conjunto de acciones y actores, en donde lo que prima es la acción motivada por um sentir de justicia y, por lo tanto, por una visión – quizá no especificada – de la necesidad de encontrar otra manera de organizar la sociedad y pensar el desarrollo (Bebbington 2011:69)

Conforme os efeitos do empreendimento tornavam-se mais intensos para algumas comunidades, essas atuavam de forma mais ativa no movimento, assim como as pressões e sanções da empresa limitavam a participação de outras.

Desde o chamado Fórum de Desenvolvimento Sustentável de Conceição do Mato Dentro - Forum CMD (Becker & Pereira 2011), até a Rede de Articulação e Justiça Ambiental dos Atingidos pela Projeto Minas-Rio - atual REAJA, passando por articulações com os atingidos pelo porto do Açú, com outros movimentos sociais, o diálogo com agências mediadoras diversas, oriundas da Igreja ou da Universidade, ou com o próprio Ministério Público, julgamos possível distinguir um fluxo de ações, constituído por múltiplas trajetórias. (SANTOS, FERREIRA & PENNA *no prelo*)

Nesse cenário, a partir de 2016, notamos uma ativa participação dos comunitários do Jassém em reuniões, oficinas, debates e manifestações, motivada, substancialmente, pela intensificação da consciência do risco de rompimento da barragem a que estão, concreta e efetivamente, submetidos, principalmente após o rompimento da barragem de Fundão, em Mariana, em novembro de 2015.

O objetivo do presente capítulo torna-se, então, demonstrar como se deu a inserção do Jassém no movimento de resistência e o contexto por detrás desse processo. Para tanto faz-se necessário compreender como a comunidade foi tratada no licenciamento ambiental do

empreendimento, junto a um breve histórico do movimento de resistência e a conjuntura do posicionamento da comunidade antes e a após o rompimento da Barragem de Fundão, que se traduziu em momentos de grande emponderamento, como o relatado no início deste tópico.

3.1. O Jassém no licenciamento ambiental do empreendimento Minas-Rio

Os primeiros indícios da chegada de um grande empreendimento limítrofe ao Jassém, como já exposto, deram-se antes mesmo da assinatura do protocolo de intenções entre as cidades de Conceição do Mato Dentro, Dom Joaquim, Serro, Alvorada de Minas e o governo do Estado de Minas Gerais, em 2008. O primeiro contato deu-se, um ano antes, em 2007, com a chegada da empresa Borbagato Agropastoril S.A., que, com o pretexto da compra de terras para criação de cavalos, adquiriu a Fazenda Estiva, local que abarcava a maior parte da mão de obra local (ZHOURI *et al* 2014:11). A área, com o início do processo de licenciamento ambiental, transformou-se na área de reserva legal do Minas-Rio, com fins de compensação florestal pelos danos ambientais causados pelo empreendimento.

Porém, apesar dos diversos efeitos que essa relação implica, somadas as alterações já evidenciadas na qualidade da água, do ar, da segurança, trabalho, dos modos de vida e reprodução das famílias, o Jassém, assim como pelo menos outras 20 comunidades, foram desconsideradas enquanto atingidas pelo empreendimento no EIA/RIMA elaborado pela empresa de consultoria Brandt Meio Ambiente, em 2007. Desde então, instaurou-se uma intensa disputa sobre a categoria de atingido, que para além de uma noção técnica e econômica, configurou-se em uma luta pelo reconhecimento de direitos (LEITE, 2017).

Nesse momento, acadêmicos, moradores urbanos da cidade de Conceição do Mato Dentro, ambientalistas, poder público municipal e Organizações Não Governamentais (ONG) constituíram um fórum cujo objetivo era discutir e promover o debate acerca do empreendimento Minas-Rio. O espaço, denominado “Fórum CMD”, migrou para uma plataforma online denominada “Fórum CMD virtual”, devido às dificuldades de reuniões presenciais. A partir dessa iniciativa foi organizado um seminário intitulado “I Seminário de Desenvolvimento Local e Regional” em CMD, entre os dias 07 e 08 de junho de 2007. O evento, aberto ao público, contou com a participação de professores universitários, advogados especialistas em Direito Ambiental, moradores e ativistas. Após o encontro, cujo fruto foi um relatório, aumentaram as reuniões presenciais dos membros do

Fórum e afinaram as parcerias com ONG's ambientalistas locais, nacionais e internacionais, movimentos sociais, grupos de pesquisa, poder público e o próprio Ministério Público Estadual e Federal.

Através dos encontros, os membros procuravam se instrumentalizar para a Audiência Pública do empreendimento, que ocorreria em março de 2008, principalmente no que tange à visibilidade das comunidades rurais atingidas pela implantação do empreendimento. Além de contatos com mídias locais e nacional, foi produzida uma sequência de vídeos sobre CMD e o projeto Minas-Rio, intitulados “Conceição Guarde nos Olhos”, além de relatórios que criticavam o caráter reducionista dos estudos de impacto apresentados pela empresa. No mesmo ano, as discussões do Fórum CMD cessaram, e alguns de seus membros passaram a atuar juntamente com alguns proprietários rurais residentes nas comunidades atingidas (PRATES 2014:27)

A definição da categoria de atingido do empreendimento Minas-Rio se deu a partir de um critério que Vainer (2008) como *territorial-patrimonialista*, ou seja, trata-se de um cálculo-benefício onde são considerados atingidas apenas as áreas necessárias para a implementação do complexo. Em outras palavras, segundo o EIA/RIMA, a área diretamente afetada pelo empreendimento (ADA) se definia somente pelas áreas necessárias para implantação das estruturas físicas do empreendimento (cava da mina, planta de beneficiamento, pilhas de estéril e barragem de rejeitos), reduzindo, assim, o universo de atingidos a apenas duas comunidades, Ferrugem e Mumbuca, não havendo, no estudo, nenhuma menção à comunidade de São José do Jassém, bem como a outras comunidades do entorno (LEITE 2017:35).

Em dezembro de 2008, já no processo de concessão da LP, o empreendedor realizou um estudo complementar ao EIA/RIMA denominado “Comunidades Negras Rurais: Informações Complementares-Estudo de Impacto Ambiental- Anexo 4”, no qual o Jassém aparece, junto a mais 7 comunidades, enquanto uma comunidade negra rural, enquadrado na zona de influência do empreendimento.

Em janeiro de 2010, a empresa apresentou ao órgão licenciador um Cadastro das Famílias Atingidas. O documento foi amplamente questionado pela população, devido a insuficiência de seus dados e pela redução do universo de atingidos, novamente, às comunidades de Mumbuca e Água Santa. Após reuniões deliberativas no órgão ambiental e maior mobilização dos atingidos, em 20 de abril de 2010, a empresa apresentou a SUPRAM-JEQ um novo Cadastro das Famílias Atingidas, através de uma Proposta Metodológica para Complementação de Dados

Socioeconômicos que, em tese, buscava se adequar aos parâmetros estabelecidos pelo condicionante 91²⁴. Porém, a perspectiva territorial-patrimonialista permaneceu, assim como as definições de ADA e AID do EIA/RIMA (LEITE 2017:42).

Quadro síntese da Área de Influência Direta do empreendimento Anglo Ferrous Minas-Rio Mineração

População da Área de Influência Direta (AI)				
Comunidades	Principal impacto	Medidas cabíveis	Número de famílias ^(1, 2 e 3)	Instrumentos de pesquisa
Área das estruturas	Interrupção de atividades sociais e econômicas da população residente	Aquisição de terra, incluindo possível reassentamento individual ou coletivo não voluntário	Água Santa (16) e Ferrugem (2)	Cadastro social e patrimonial censitário
Área da vizinhança imediata	Incômodos intensos pela proximidade com obras	Aquisição de terra, incluindo possível reassentamento individual ou coletivo não voluntário	Ferrugem (9)	Cadastro social e patrimonial censitário
Área dos povoados em torno do empreendimento	Pequena probabilidade de chegada de pessoas	Investimentos para ampliação da infraestrutura física e social	Córregos (115), São José do Jacém (45), São José da Ilha (40), Itapanhoacanga (195), São Sebastião do Bonsucesso (25), Beco (30), Gondó (30) e Cabeceira do Turco (20)	Cadastro social amostral
Sedes municipais	Maior possibilidade de chegada de pessoas de outras regiões em Conceição do Mato Dentro	Investimentos para ampliação da infraestrutura física e social	Conceição do Mato Dentro (18.070 hab.), Dom Joaquim (4.530 hab.) e Alvorada de Minas (3482 hab.)	Pesquisa de opinião amostral e entrevistas semiestruturadas com entidades governamentais e não-governamentais

Fonte:

(1) Com exceção das sedes municipais, cujos dados são sobre número de habitantes (Contagem IBGE, 2006).

(2) Dados da Pesquisa Censitária realizada junto às comunidades pela Geonatura (2008)

(3) Número de famílias estimado com base na Pesquisa Amostral junto às comunidades, realizada pela Geonatura em 2010. Esta pesquisa contemplou o seguinte número de entrevistas (20% do total): Córregos (23), São José do Jacém (9), São José da Ilha (8), Itapanhoacanga (39), São Sebastião do Bonsucesso (5), Beco (6), Gondó (5) e Cabeceira do Turco (4).

Fonte: *Ofício AFB-AXT 85/2010*

No novo cadastro, o Jassém aparece dentro da Área de Influência Direta do empreendimento (AID). Segundo o documento, o Cadastro Social e Patrimonial ficaria restrito a “(...) àquelas propriedades que sofreram impactos territoriais, ou no máximo àquelas cujos ocupantes poderão sofrer impactos mais intensos derivados da implementação do empreendimento, por sua localização muito próxima”. Para o Jassém, o instrumento de pesquisa estabelecido foi um cadastro social amostral, em pesquisa utilizada como base cadastrou apenas 9 famílias (AFB-AXT 85/2010).

²⁴ Condicionante 91 (redação): Seguir as diretrizes gerais de reassentamento, que definem como prioridade para reconstituição dos direitos o reassentamento, e a indenização monetária só poderá ser ativada após a conclusão das negociações do reassentamento.

O novo estudo, mais uma vez, foi alvo de diversas críticas, principalmente pela insuficiência quanto ao reconhecimento do universo de atingidos. Considerando os parâmetros estabelecidos pelo Termo de Ajustamento de Condutas de Irapé (TAC) e buscando reproduzir a condução daquele processo no caso Minas-Rio, o Estado, através da Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD), conduziu à formalização do movimento de resistência em uma Comissão de Atingidos, tal como ocorrera em Irapé. Através da comissão, foi solicitado à SUPRAM-JEQ um novo estudo, de caráter socio-antropológico, no qual fossem considerados os modos de vida e reprodução das famílias que sofrem com os efeitos do empreendimento.

Depois de muito debate acerca da necessidade de um novo estudo, o órgão ambiental deliberou pela contratação de uma empresa, que constaria em uma lista de três indicadas pela Comissão dos Atingidos, a ser paga pelo empreendedor, para que fosse realizado um diagnóstico cujo objetivo era “a caracterização, do ponto de vista socioeconômico e cultural dos moradores que vivenciavam de perto os impactos gerados pelo projeto de mineração em implantação” (DIVERSUS 2011:7). Das empresas indicadas, a escolhida pelo empreendedor foi a Diversus Consultores Associados LTDA, que realizou trabalhos de campo entre agosto de 2010 e maio de 2011.

De acordo com Prates (2014:34-37) a Comissão de atingidos foi composta por proprietários de terras, pequenos proprietários rurais e lideranças comunitárias rurais. Aos poucos, foram sendo incorporados representantes de quase todas as comunidades, dentre elas: Mumbuca, Água Quente, Ferrugem, Itaponhoaganga, Córregos, São Sebastião do Bom Sucesso (SAPO), Jassém e Beco. A comissão era composta por duas lideranças de cada comunidade, sendo um representante titular e outro suplente, além de um representante de comunicação e um de assessoria técnica. Em seis meses, a comissão produziu vários documentos, obteve assessoria de movimentos sociais, ONGs e entidades governamentais, reunindo-se com diversos órgãos, entre eles: Ministério Público, órgão ambiental, Defensoria Pública. Ainda segundo a autora, a comissão compareceu a todas as reuniões da URC Jequitinhonha em que o licenciamento esteve pautado no ano de 2010. Entretanto, a pressão do empreendedor sobre algumas lideranças e a estipulação da categoria de “atingido emergencial” criaram divergências entre os membros. A comissão passou por um processo de fragmentação, o que repercutiu na fragilização das negociações, passando cada comunidade a negociar por si (PRATES 2014).

Em agosto de 2011 foi, então, apresentado o “Diagnóstico Socioeconômico da Área Diretamente Afetada e da Área de Influência Direta do Empreendimento Anglo Ferrous Minas-Rio Mineração S.A”. O Diagnóstico identificou 22 comunidades enquanto submetidas a mudanças provocadas pela implementação do complexo Minas-Rio, entre elas, São José do Jassém. Não é possível, dentro do estudo, identificar aspectos específicos ligados ao Jassém, por ter se tratado de uma pesquisa quase que demográfica que trata dos elementos em bloco, porém um fato marcante é que, dentre o levantamento, a comunidade foi a que mais pontuou, enquanto efeito do empreendimento, a poluição e sujeira do rio.

Dentro do estudo, ressaltamos que o número de famílias levantado é exponencialmente maior que o apresentado pelo Cadastro de Atingidos de 2010, aumentando de 9 para 24 famílias. Porém, assim como no EIA/RIMA e nos cadastros realizados pela empresa, as medidas compensatórias e mitigatórias resumiam-se a medidas específicas já presentes no Plano de Controle Ambiental (PCA).

Posteriormente, em adendo ao primeiro relatório, a consultora Diversos contabilizou 29 famílias na comunidade, 9 a mais que o relatório de 2011, e os principais problemas evidenciados pelos técnicos são a diminuição/falta de água, a falta de lenha, os barulhos e abalos de casas e igreja, o abandono de plantações e o temor frente ao rompimento da barragem

Nesse momento, o acúmulo de condicionantes não cumpridas, a incapacidade da empresa e do órgão ambiental de apresentarem um universo concreto de atingidos, bem como a intensificação dos danos sofridos pelas comunidades em virtude da instalação das estruturas, exacerbou o conflito na região. A medida adotada veio através da Rede de Acompanhamento Socioambiental (REASA), tecnologia participativa proposta pelo Ministério Público de Minas Gerais (MPMG) que tinha como objetivo a resolução negociada do conflito²⁵, por meio de reuniões itinerantes nas quais participavam os atingidos, a empresa, políticos locais, pesquisadores e a defensoria pública (FERREIRA 2015). A Audiência Pública que marca a criação da Rede ocorreu no Jassém, em maio de 2012. Segundo Prates (2014:18) “embora a reunião tivesse acontecido na comunidade do Jassém, quase nenhum morador dessa comunidade se pronunciou”.

²⁵ A resolução negociada de conflito se trata de tecnologias sociais, difundidas por países centrais nas quais táticas de negociação direta seriam capazes de promover ganhos mútuos entre diferentes atores. Para saber mais, consultar Acselrad e Bezerra (2010); Zhouri & Valêncio (2014); Prates (2014).

As reuniões da REASA, embora não tenham encaminhado soluções efetivas para as comunidades atingidas, foram de fundamental importância a articulação dos participantes e para a conscientização do poder do coletivo e da luta comum.

Por mais que exista uma heterogeneidade entre as comunidades, durante a REASA, a articulação e a luta comum, para enfrentar as dificuldades e uma “empresa poderosa”, engendraram e deram sentido a uma categoria coletiva de atingidos. A solidariedade de diversas ordens das comunidades - como parentesco, amizade, vizinhança; o compartilhamento do trabalho duro da roça e das dificuldades enfrentadas na vida - “caminhei para frente porque fiz da minha vida uma luta sem trégua”, disse uma atingida; e, por fim, a chegada da mineração, que inaugurou um momento de transformações e sofrimento - “será que isso é justo? Será que não existe lei para isso não? ” -, uniu esforços e mobilizou os moradores na luta pela justiça. (FERREIRA 2015:123)

Entre os últimos meses de 2012 e os primeiros meses de 2013, a SUPRAM-JEQ foi pressionada a submeter o estudo da Diversus à apreciação, uma vez que, até então, apesar de concluído em 2011, o diagnóstico não havia tido nenhum encaminhamento. A pauta só foi contemplada dois anos depois, em 2013, após a empresa ter encomendado um “contra-estudo” intitulado “Estudo de Atualização das Áreas de Influência do projeto Minas-Rio”, da empresa de consultoria Ferreira Rocha Gestão de Projetos Sustentáveis. O estudo, caracterizava o diagnóstico da Diversus enquanto uma “pesquisa de percepção”, deslegitimando a incorporação das falas e experiências dos moradores da região.

A fim de retomar o critério territorial-patrimonialista do EIA/RIMA, o Relatório Ferreira Rocha apresentou a distinção conceitual entre impactos ambientais “supostos” e “reais”, caracterizando, por exemplo, o temor frente ao rompimento da barragem de rejeitos do empreendimento, como um impacto “suposto”. “Reais” seriam apenas os impactos passíveis de serem mensurados técnica e cientificamente (LEITE 2017:51).

Considerando o impasse relativo à definição do universo de atingidos, e o impasse face à contratação, pela empresa, de um contra-diagnóstico, em 18 de abril de 2013, na 77ª Reunião da URC Jequitinhonha foi deliberada a elaboração de um novo estudo, complementar ao primeiro, no qual fossem esclarecidos o universo compreendido na ADA e na AID e a definição de moradores a serem incluídos no Plano de Negociação Fundiária (PNF).

Findadas as reuniões da REASA, em agosto de 2013 os atingidos pelo empreendimento viram, novamente, a necessidade de se articularem em um movimento coletivo, a fim de

intensificar o teor das cobranças realizadas ao poder público. Aproveitando a expertise acumulada nas reuniões da REASA, os membros instituíram a REAJA – Rede de Articulação e Justiça Ambiental dos Atingidos pelo projeto Minas-Rio, como o próprio nome indica, a fim de reagir frente às novas condições propostas pela empresa. Um dos primeiros grandes pontos colocados pela articulação foi a concessão da LO do empreendimento antes da apreciação, pelo órgão ambiental, do novo estudo da Diversus.

O “Estudo de definição sobre comunidades/famílias a serem reassentadas - Área Diretamente Afetada (ADA) e Área de Entorno da Cava Licenciada e Estruturas Correlatas” foi apresentado ao órgão ambiental em 2014, após a concessão da licença de operação do empreendimento. Nesse documento, o Jassém é tratado, especialmente, enquanto comunidade localizada à jusante da barragem de rejeitos e o “temor” relacionado a esse fato, como retratado no capítulo anterior. A medida mitigatória proposta pela empresa é de melhoria dos programas de comunicação da empresa.

O último estudo que trata da comunidade do Jassém refere-se ao EIA/RIMA da Etapa 3 do empreendimento Minas-Rio. O relatório, denominado “Projeto de Extensão da Mina do Sapo – Caracterização do Empreendimento – Áreas de Estudo – Referências Legais” foi concluído em setembro de 2015 e protocolado na SUPRAM-JEQ a fim de cumprir as normas legais para licenciamento da expansão do empreendimento. O diagnóstico deu-se através da divisão do estudo em áreas, à título de conhecimento Área Diretamente Afetada (ADA), Área de Estudo Local (AEL) e Área de Estudo Regional (AER). Ainda, dentro da área de estudo, algumas comunidades foram tratadas “com especial interesse”, por se encontrarem no entorno imediato da ADA e, portanto, serem passíveis de serem “mais impactadas que outras”. Segundo o estudo essas comunidades serão tratadas como “comunidades focais”, definidas como áreas:

as quais devido à sua proximidade com as estruturas do empreendimento ou a fragilidades já identificadas durante a implantação e recente operação do Projeto Minas-Rio, possivelmente serão impactadas pela presença do projeto de forma distinta do restante da AEL e da AER, podendo sofrer determinados impactos de forma mais intensa e duradoura (FERREIRA ROCHA 2015:233)

Configuram essa zona, as comunidades de São Sebastião do Bom Sucesso, Cabeceira do Turco, Turco, Gondó, Beco, São José da Ilha, Passa Sete, Água Quente, Córregos, Itapanhoacanga

e São José do Jassém. Segundo o levantamento demográfico do Jassém, contido no estudo, a comunidade, excetuando casas fechadas e em construção, possuía, naquele momento, apenas 25 domicílios, a metade do que averiguado em campo para o projeto de pesquisa “Poder, Território e Conflito”. Um fator importante dos dados levantados pelo EIA do “Step 3” do empreendimento é a constatação de que 21,6% dos moradores encontram-se desempregados. Dentre os impactos de maior relevância, destaca-se o aumento da sensação de insegurança e perda de tranquilidade, principalmente, relacionados ao alteamento da barragem de rejeitos (FEREIRA ROCHA 2015:193). As medidas de mitigação propostas para a comunidade restringem-se à continuação dos programas exigidos pelo órgão ambiental, substancialmente o Plano de Gerenciamento de Riscos e Plano de Atendimento a Emergências Ambientais, o Programa de Comunicação Social, o Programa de Gestão Social de Contratadas, o Programa de Convivência e o Programa de Negociação Fundiária.

3.2. A “resistência cotidiana” do Jassém, a mobilização e a luta por justiça

A chegada do empreendimento Minas-Rio, como se demonstrou até aqui, transformou sensivelmente os meios e as estratégias de vida das populações que vivem no entorno no complexo minerário. Porém, como ressaltado no tópico anterior, os atingidos não se apresentaram como vítimas passivas desse processo e se organizaram através de diversos movimentos, com destaque para a REAJA, onde, para além de manifestarem seu desacordo, seu embaraço, sua revolta e sua reivindicação, se colocam como portadores de outros projetos de vida e interação com o meio ambiente (ZHOURI, LASCHEFSKI E PEREIRA 2005:18).

Todavia, notamos a tímida participação do Jassém nos primeiros anos da luta frente ao empreendimento, os registros limitam-se a poucas participações em reuniões da REASA.

Porém, o que defendo aqui, é que a discreta inserção do Jassém, nos primeiros momentos do movimento de resistência, não pode ser compreendida como uma aceitação frente às ações da empresa, pelo contrário, é compreender que as resistências não necessariamente se apresentam, a priori, enquanto movimento organizado, mas podem se revelar no âmbito individual e comunal. Segundo Damonte (2011:119):

Se os grupos camponeses e indígenas não se rebelam abertamente não é porque não sejam conscientes da opressão que sofrem, mas porque consideram que as possibilidades de confrontar diretamente a sua dominação de maneira exitosa são remotas e optam mais por formas cotidianas, soterradas e muitas vezes individuais de resistência

Esta noção foi inicialmente discutida no livro *Weapons of the Weak: everyday form of Peasant Resistance* (1985) do antropólogo e cientista político James Scott. Durante dois anos de observação participante em uma pequena vila rural no norte da Malásia, o autor focou seus estudos nas tensões e lutas não visíveis entre a comunidade e o governo, buscando analisar as formas do que ele denominou de “resistências cotidianas”, fossem elas individuais ou coletivas. Scott compreende que as formas de resistência são mais que os movimentos sociais institucionalizados, dando-se também através das práticas cotidianas. Segundo ele, se as práticas cotidianas não se apresentam revolucionárias, continuam possuindo mecanismos para driblar ou minimizar a opressão, revelando-se importantes técnicas de ação frente à práticas de dominação.

Onde a resistência cotidiana se distingue mais evidentemente de outras formas de resistência é em sua implícita negação de objetivos públicos e simbólicos. Enquanto a política institucionalizada é formal, ostensiva, preocupada com a mudança sistemática e *de jure*, a resistência cotidiana é informal, muitas vezes dissimulada, e em grande medida preocupada com ganhos *de fato* imediatos (SCOTT 2011:233).

Em outro livro, *Domination and the Arts of Resistance* (1990), James Scott trabalha com a perspectiva de que os indivíduos teatralizam papéis a fim de lidar com diversas situações de poder. Segundo ele, o subordinado tende a agir com consentimento a fim de garantir um espaço de negociação com o dominante, é o que ele define como “gerenciamento de aparência”. Esse contexto, trabalhado nos dois livros, pode ser uma das análises possíveis do comportamento da comunidade nos primeiros anos de resistência e a sua inserção mais ativa no movimento social institucionalizado.

Por algum tempo, os discursos da companhia, principalmente relacionados à capacitação dos jovens, oferta de empregos e melhorias nos equipamentos públicos da comunidade do Jassém, pareceram satisfazer as expectativas daquilo que os moradores esperavam ser ações realizadas pelo Estado. O crescimento da comunidade esteve, em vários momentos, relacionado à tutela do então prefeito de Alvorada de Minas e proprietário de grande fazenda, João Daniel Utsch. Com o

falecimento dele e da esposa, poucas melhorias foram realizadas na comunidade. Uma leitura possível é de que as promessas da empresa assumiram, dessa forma, as demandas latentes da comunidade após um período de cerca de 20 anos de ausência do setor público na região. O Minas-Rio configurou, dessa forma, um duplo papel, o de provedor de algumas necessidades da população e um ator com grande poder de controle e retaliação, uma vez que se houvessem quaisquer reclamações dos comunitários as obras poderiam ser interrompidas, e a oferta de empregos, suspensa.

A natureza dessa relação conspirou para criar o que Scott define como uma “paz da repressão”, mas que não deve ser entendida como uma passividade frente às perdas impostas à comunidade. Considerando essa perspectiva, em diversos relatos coletados em campo, observamos várias formas cotidianas de resistência presentes no Jassém, como, por exemplo, a resistência frente a substituição do fogão à lenha pelo fogão a gás e a busca por alternativas para a extração do combustível; a luta pelo acesso às áreas privatizadas pela da empresa; a não aceitação do Programa de Apoio Produtivo por parte dos moradores; a desconfiança da relação da empresa com a prefeitura de Alvorada de Minas; entre diversos outros casos que, considerando as vicissitudes do conflito, não serão aqui expostos.

Portanto, debate que se sustenta aqui é que percebemos que os moradores não estiveram ao largo dos processos aos quais estavam submetidos, pelo contrário, a ausência de formas mais visíveis de oposição política, como a fala em audiências, reuniões ou a participação em manifestações, não reflete uma "hegemonia" ideológica e a aceitação passiva, pelos dominados, da ordem estabelecida, e, sim, circunstâncias – que são mais a regra do que a exceção – em que uma ação aberta e organizada seria demasiado perigosa ou mesmo desinteressante frente aos ganhos aos quais a comunidade tem usufruído. Porém, como ressalta Scott (2011:229):

A relação entre pensamento e ação é, para dizê-lo de forma bastante singela, uma questão complicada. Aqui, sem maiores rodeios, desejo enfatizar apenas dois pontos. Em primeiro lugar, nem intenções nem atos são "causas primeiras". Atos nascidos de intenções retroagem, como que em círculo, influenciando a consciência e, conseqüentemente, as intenções e atos subsequentes. Assim, atos de resistência e pensamentos sobre a resistência (ou sobre seu significado) estão em *constante* comunicação – em constante diálogo. Em segundo lugar, as intenções e a consciência não estão ligadas ao mundo material da mesma forma que o comportamento. É possível e usual que os atores humanos concebam uma linha de ação que, no momento, seja impraticável ou impossível. Assim, uma pessoa pode sonhar com uma vingança ou com um milenar reino de justiça que pode nunca vir a ocorrer. Por outro lado, conforme mudem as circunstâncias, pode ser que venha a tornar-se possível agir a partir desses sonhos.

Conforme demonstra Scott, conforme se modifiquem as circunstâncias, pode-se alterar a forma de reação das comunidades frente ao novo contexto. No caso do Jassém, notamos uma grande mudança que se expandiu para além das resistências cotidianas com a inserção dos moradores no movimento de resistência. O rompimento da barragem de rejeitos de Fundão (Mariana, MG), e a localização do Jassém a jusante da barragem de rejeitos do Minas-Rio foram fatores de grande importância nesse processo.

No dia 28 de maio de 2016, a REAJA promoveu uma reunião na Câmara Municipal de Conceição do Mato Dentro, cujo objetivo era a construção de uma linha do tempo, a fim de rememorar, coletivamente, a trajetória e a história da luta e mobilização dos atingidos pelo Projeto Minas-Rio.

No segundo momento do evento, foi proposta uma roda de conversa na qual os participantes ficaram à vontade para expor os danos causados pelo empreendimento nas suas respectivas comunidades. Em determinado momento, uma funcionária da Escola Estadual do Jassém pediu a palavra. Foi nosso primeiro contato de retomada com a realidade do Jassém em uma reunião em que o GESTA fazia parte.

Após a fala da moradora, notamos a necessidade de atenção que o Jassém demandava. Ao contrário das comunidades de Água Quente e Passa Sete, que há anos viviam a luta e denúncia contra o empreendimento, era a primeira vez que o Jassém se posicionava, publicamente, sobre os problemas decorrentes da instalação da empresa. A pauta do Jassém mudou a condução da reunião e evidenciou as mudanças experienciadas pelas comunidades após o rompimento da barragem de Fundão. Considerando essas questões ao fim da reunião, foi decidido, a partir dos relatos de outros moradores do Jassém, que a próxima reunião da REAJA seria realizada na comunidade.

Conforme o encaminhamento, no dia 16 de julho de 2016, foi realizada a reunião da REAJA na comunidade de São José do Jassém.

A reunião contou com cerca de 20 participantes, que se dividiram entre membros da comunidade do Jassém, Água Quente, Sapo e os pesquisadores do GESTA. Coincidentemente, no mesmo dia, a comunidade estava com problemas no fornecimento de energia, ainda assim, determinados perante a importância do momento, os moradores trouxeram lanternas e dispositivos de iluminação que possibilitaram a continuidade da reunião.

A reunião foi emblemática no sentido de reforçar o protagonismo que os moradores do Jassém estavam assumindo, principalmente acerca da compreensão de todo o processo, como evidenciado na seguinte fala:

Eu tava pensando, eu pensei muito bem, a minha visão é que essas reuniões feita aqui e acolá, em vários lugares, é muito importante, mas até hoje eu percebi que nós deveríamos, através dessas reuniões, levar para a Anglo American um objetivo. Porque se nós não levarmos para a Anglo American um objetivo, as reuniões nossas não vai dar em nada. Porque problemas nós temos, problemas e mais problemas. Então, na minha visão, respeitando a opinião de cada um, eu acho que nós deveríamos pensar no reassentamento. Porque nós estamos na área de risco. Ele pode acontecer daqui a, 5, 10,15 anos, então, vai esperar acontecer aquela tragédia lá de Mariana aqui no Jassém para nós sair daqui? Essa é opinião particular, opinião minha: se nós não levarmos pra Anglo American um objetivo – O pessoal quer sair, não quer ficar – E, aliás, parece que tem uma lei que não se pode morar menos de 10km, né, próximo a empresa. Então, nós estamos nessa reta, né? 10km,11km próximo dessa empresa. Então, pelo direito da razão, então, eles são obrigados a nos reassentar, nos tirar desse lugar. Não só nós, Água Quente, o pessoal que mora mais próximo lá, o pessoal do Sapo. Porque fica essa lenga-lenga que não vai chegar em lugar nenhum. A gente sabe que os esforços de cada um têm valor. Tem. Mas o risco é iminente. Ele tá aí. (...) Nós estamos vendo o perigo batendo em nossas portas. O pessoal pode morrer com o risco de estouro da barragem, pessoas podem morrer daqui a 10, 15 anos inalando pó de minério, né?, quem mora mais próximo. (Trecho da fala de morador do Jassém em reunião da REAJA, gravado em 16/07/2016)

Apenas 4 dias após a reunião, no dia 20 de julho de 2016, os moradores do Jassém impediram que funcionários e veículos da empresa entrassem na comunidade para instalação de sirenes de alerta sonoro como medida preventiva ao rompimento da barragem de rejeitos. Os moradores alegaram o desconhecimento de rotas de fuga, tempo de escoamento da lama da barragem até a comunidade, zona de inundação, entre outros questionamentos.

Considerando essas questões, os moradores se recusaram a permitir qualquer intervenção no distrito sem que fosse realizada uma reunião entre eles e o funcionário responsável da empresa, para esclarecimento em relação aos questionamentos levantados pela comunidade em relação à barragem bem como discutir se a sirene seria a medida mais adequada, nesse caso.

Esse momento é marcante no desenrolar do processo de inserção do Jassém no movimento de resistência, uma vez que o enfrentamento à ação da empresa tornou explícito o descontentamento dos moradores com o empreendimento.

A ascendente mobilização dos moradores se consolidou na reunião relatada no início do capítulo, onde a postura da população e a condução do momento colocaram para a empresa novas condições de negociações, seja com os moradores do Jassém, seja com as demais comunidades

atingidas. Assim como ressignificou todo o período anterior aos recentes acontecimentos. Como aponta Bebbington (2011:66), o processo de resistência não necessariamente se traduz em movimento social, porém, quando esses movimentos surgem, é importante compreendê-los nas práticas sociais cotidianas e nas formas de resistência menos articuladas que os antecedem. Ou seja, a mobilização e articulação entre os moradores, assim como sua “consciência crítica”, não surgiram espontaneamente, pelo contrário, são resultado de inúmeras questões colocadas tanto pela empresa, quanto pelas novas dinâmicas estabelecidas no local, que a partir de determinado momento, desdobram-se em questionamentos e posturas que vão para além da resistência cotidiana e revelam-se na inserção do Jassém no movimento de resistência.

Desde a reunião do dia 27 de julho de 2016, o Jassém assumiu, então, postura explicitamente combativa em relação às investidas da empresa, mesmo quando essas comprometiam “ganhos” individuais e coletivos. Por exemplo, foram encerradas as aulas de informática proferidas pela funcionária que dizia realizar “trabalho voluntário”, e as obras de construção da quadra de esportes foram interrompidas.

Uma tentativa adotada pela empresa a fim de “cooptar” alguns moradores foi a entrega de lenha pelo Programa de Apoio Produtivo em algumas casas da comunidade. Porém, as toras de madeira foram deixadas na porta das casas que foram contempladas e foi solicitado a recolha, uma vez que as famílias se recusaram a aceitar quaisquer “benfeitorias” por parte da empresa.

Em 03 de agosto de 2016, foi realizada nova reunião da REAJA, dessa vez, no distrito de São Sebastião do Bom Sucesso. Uma liderança local conseguiu financiamento de um micro-ônibus, possibilitando que os moradores do Jassém pudessem comparecer em grande número.

Em meio às discussões, os moradores do Jassém pautaram a necessidade de uma intervenção direta para chamar a atenção dos funcionários da empresa quanto a sua insatisfação e a demonstração da existência de moradores como sujeitos ativos na luta pelos seus direitos. Nesse sentido, um dos encaminhamentos da reunião foi a realização de uma manifestação na rodovia MG010 na altura das portarias da Anglo American.

Menos de uma semana após a reunião da REAJA, no dia 08 de agosto de 2016, os moradores das comunidades do Jassém, Água Quente, São Sebastião do Bom Sucesso, Passa Sete, Turco e Cabeceira do Turco, protagonizaram uma manifestação que interrompeu as duas pistas da MG010 – principal acesso ao município do Serro.

Os atingidos reivindicavam o reassentamento das comunidades que se encontram em situações de risco e vulnerabilidade, devido à proximidade das instalações da empresa, evidenciando o risco das três comunidades que se localizam à jusante da barragem de rejeitos, além de outros fatores que justificariam, de imediato, a retirada dessas comunidades.

No fim da manhã, os manifestantes liberaram a via e reconduziram a manifestação para a portaria de entrada da mina. A manifestação foi duramente reprimida pelas forças policiais do município, que forçaram a liberação da via, bem como danificaram faixas e cartazes dos moradores.

A empresa, Anglo American, lançou uma nota pública na qual respondeu ao ato, conforme reproduzido abaixo:

A Anglo American informa que, na manhã do dia 8 de agosto, cerca de 50 pessoas das comunidades próximas ao Minas-Rio, em sua maioria de Água Quente e Jassém, em Conceição do Mato Dentro (MG), interditaram o Km 180 da MG-010. A via foi liberada por volta de 10h30, pela Polícia Militar de Minas Gerais. Em relação às reivindicações dos manifestantes, a companhia afirma que mantém um diálogo aberto com as comunidades, com foco em minimizar os impactos de sua operação e trabalhar para uma convivência cada vez mais harmônica entre a empresa e a população vizinha à sua operação. (...) Sobre a reivindicação de reassentamento, a Anglo American esclarece que a decisão é baseada em estudos ambientais que indicam a Área Diretamente Afetada (ADA), que corresponde à área sujeita a impactos diretos das fases de instalação e operação do empreendimento. Esse estudo é validado pelos órgãos ambientais e tais órgãos e a legislação não determinam a necessidade de realocação dessas comunidades (Trecho de nota pública lançada pela empresa Anglo American em resposta à manifestação dos atingidos pelo empreendimento, 08/08/2016)

Dessa forma, a empresa isentou-se da responsabilidade, calcada em pareceres e licenças concedidas pelo Estado, em relação ao reassentamento das comunidades, gerando grande insatisfação por parte dos atingidos.

No dia 01 de setembro de 2016, considerando o protagonismo dos moradores na manifestação do dia 08/08 e a necessidade de preparativos para a reunião na URC Jequitinhonha que teria como pauta a Licença de Operação da Fase II do empreendimento, o Jassém foi escolhido, novamente, como sede da reunião da REAJA daquele mês.

A reunião iniciou-se pela avaliação da manifestação na MG010. Os moradores mostraram-se muito satisfeitos com a coesão do grupo e com a união de forças das diversas comunidades que estavam presentes no ato. Ao mesmo tempo, demonstraram sua insatisfação em relação à ação da polícia, naquele dia. Um dos desdobramentos do protesto foi a emissão, pelo Promotor do Ministério Público, Marcelo Mata Machado, de uma recomendação ao comandante da Polícia

Militar de Conceição do Mato Dentro, quanto ao direito à livre manifestação e os limites da ação da polícia nesses casos. O documento foi lido, em voz alta, para todos os participantes, que concordaram com os apontamentos feitos pelo promotor. Ao mesmo tempo, se resguardaram do documento como instrumento legitimador para futuras manifestações e para controle da própria polícia.

Foi feito um documento de cobrança dirigido à equipe de Relações com a Comunidade da Anglo American que, no dia da manifestação, comprometeu-se a dar uma respostas quanto às reivindicações do protesto. Por fim, discutiram estratégias para novas ações e organizaram-se para a reunião na URC Jequitinhonha, em Diamantina.

No dia 06 de setembro 2016, os moradores do Jassém, assim como membros de outras comunidades localizadas próximas às estruturas da empresa Anglo American, participaram da 99ª reunião da URC Jequitinhonha, que tinha como pauta a Licença de Operação da Fase II do empreendimento, a chamada Otimização da Mina. Nessa oportunidade, após intensas discussões dos atingidos que queriam garantir seu direito de fala, a questão da barragem foi exposta aos conselheiros por um dos moradores do Jassém, que realizou a seguinte fala:

Boa tarde. Como meus irmãos da comunidade, eu também me sinto muito triste e aborrecido pela Anglo American, porque nós percebemos que Anglo American é uma farsa entre as pessoas, violando os direitos, tirando o sossego e a paz das pessoas. Nós moramos em São José do Jacém, umas 200 famílias, e moramos debaixo da barragem, o que nessa mesa não foi falado em momento sequer. Nós estamos lá num risco terrível de acontecer conosco igual aconteceu em Mariana. Estamos debaixo da barragem, 800 km de água sobre nós, passando por Água Quente e descendo por Jacém. Isso não foi falado. Essa reunião aqui, para mim, não valeu nada. Desculpem, mas parece que defendeu mais a Anglo e não defendeu os atingidos, as pessoas que estão sem sossegona suas casas, desassossegas. Antes, não era assim, nós vivíamos tranquilos, vivendo do jeito que Deus nos colocou na terra. Nós não temos dinheiro, não somos ricos, somos trabalhadores rurais. E a Anglo vem invadindo. (...) Os senhores vivem atrás de computador, atrás de mesas, confortável, e o povo está lá sofrendo. Se vocês não quiserem pisar na poeira das comunidades, vão de jatinho, vão de helicóptero e vejam a situação do povo. Ou então o nosso país não tem Justiça. O povo está indignado. Lá na minha comunidade nós não queremos saber de carro da Anglo transitando. Foi barrado. Se forem, nós vamos queimar o carro deles, e aconteça o que acontecer. Porque não é possível. Nós queremos que eles trabalhem, nós não queremos que eles vão embora, mas queremos que eles respeitem o direito das pessoas, das pessoas humildes, simples. Eles estão violando os nossos direitos. Se a polícia quiser prender os manifestantes, que prenda o pessoal da Anglo, prenda eles. Não são eles que estão nos incomodando? Ou então isso aqui é uma farsa, então essa reunião aqui é uma farsa. Obrigado. (Trecho da fala de morador de São José do Jassém na 99ª reunião da URC Jequitinhonha, 06/09/2016)

Em decorrência de um pedido de vistas, a discussão sobre a Licença de Operação foi retirada de pauta. O fim da reunião foi marcado pela violência por parte da polícia para com os atingidos, que protestavam sua indignação frente a apatia do estado, representado pelos conselheiros, que nem sequer queriam ouvir os relatos dos moradores ali presentes.

O retorno da pauta deu-se no dia 06 de outubro de 2016, momento que, apesar da concessão da licença de operação em favor da empresa, revelou-se como um importante ganho para as comunidades, uma vez que a votação se caracterizou, diferente das disparidades presentes em outros momentos do processo de licenciamento do projeto Minas-Rio, por uma contagem de votos muito próxima: 6 votos contra, 7 a favor e 2 abstenções.

Um representante da comunidade na reunião denunciou, mais uma vez, sua indignação perante a falta de providências, respostas e a desconsideração pelo reassentamento:

Eu estou aqui hoje participando, pela segunda vez, dessa reunião. É lógico que com o coração sangrando por tanta tristeza de ver o nosso povo sendo ultrajado, massacrado, humilhado por pessoas incompetentes. (...) Como a Anglo American pode garantir que aquela barragem não vai romper? Eles são Deus para dizer que aquela barragem não vai romper um dia? Prestem atenção, tenham juízo, salvem o dinheiro de vocês, mas pensem na vida. Isso é uma responsabilidade muito grande. Tem que ter reassentamento, é reassentamento coletivo já. Ou alguém aqui vai querer ser responsável pela morte das pessoas, que poderá ocorrer no futuro? Alguém vai ser responsável. (...) Nós queremos reassentamento coletivo já, para ver se teremos um pouco de sossego. Reassentamento coletivo já. Essa Anglo American é uma peste que veio para o Brasil, um câncer que veio para o Brasil para corroer as pessoas. Eu estou indignado com os nossos dirigentes, que nós esperávamos que nos protegessem e, no entanto, vêm nos massacrar também. Que absurdo. (...) Eu vejo a tristeza no coração das pessoas. No Jassém, na Água Quente, ninguém dorme sossegado, ninguém dorme tranquilo. E vêm dizer que não precisa de reassentamento. Então, mandem a Anglo ir embora. Se não pode ter reassentamento para o povo, então, a mandem embora. Desapareçam do Brasil ela e outras mais. Deixem o povo viver tranquilo, sossegado, em paz, ter paz, ter sossego. Nós não temos sossego mais, acabou o nosso sossego. Tenham consciência(...). (Trecho da fala de morador de São José do Jassém na 100ª reunião da URC Jequitinhonha, 06/10/2016)

Após a aprovação da Licença de Operação, no dia 25 de setembro de 2016, a empresa Anglo American realizou nova tentativa de instalação da sirene para alerta de rompimento da barragem. Os moradores, mais uma vez, resistiram a entrada dos funcionários e veículos da mineradora.

A equipe de Relações com a Comunidade (RCC), tinha em sua posse um documento do Padre do distrito que autorizava a instalação da sirene no terreno onde encontra-se a Igreja Nossa Senhora da Conceição. O representante do RCC argumentou que o reassentamento não seria prática da empresa, uma vez que, durante o processo de licenciamento e caracterização da Área

Diretamente afetada do empreendimento, o Jassém não se enquadrava no “perfil” necessário para o reassentamento.

Descontentes com a desconsideração e negligência em relação aos impactos que vem sofrendo, os moradores da comunidade permaneceram firmes no bloqueio da via, mesmo pressionados pela presença da polícia, que escoltava os veículos da empresa. A movimentação durou toda à tarde, porém, a equipe de RCC terminou recuando com a pressão depois que o padre, acionado pelos moradores, revogou a licença do terreno para instalação do alerta.

Considerando o protagonismo assumido pela comunidade e o momento “propício” à discussão dos efeitos da barragem de rejeitos, entre os dias 28 e 30 de janeiro de 2017, foi realizada no Jassém uma Oficina de Cartografia Social, resultado da parceria entre os pesquisadores do GESTA/UFMG e os pesquisadores do projeto “Nova Cartografia Social da Amazônia”. A oficina teve como objetivo, em um primeiro momento, abranger as comunidades situadas a jusante da barragem de rejeitos – Passa Sete, Água Quente e Jassém – dando início a um processo de auto-cartografia dos atingidos, com o objetivo de instrumentaliza-los na defesa de seus direitos. Durante as atividades, os moradores do Jassém puderam relatar as mudanças percebidas na região após a chegada da empresa, suas histórias de vida, relações com a terra, com o rio e com o lugar. Além disso, produziram mapas através das suas percepções do espaço e se capacitaram no uso de equipamentos de georeferenciamento, como o GPS.

FOTO 09 - EXPLICAÇÃO SOBRE ELEMENTOS DO MAPA DA COMUNIDADE DE SÃO JOSÉ DO JASSÉM



Fonte: Arquivo GESTA, 2017

A proposta é a produção de uma cartilha, nos moldes das cartilhas produzidas pelo projeto “Nova Cartografia Social”, que possa contribuir como mais um instrumento na luta e resistência dos moradores frente ao projeto Minas-Rio.

Por fim, no dia 24/05/2017 diversos moradores do Jassém se uniram a representantes de outras comunidades atingidas para denunciar, em audiência pública da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, os diversos danos aos quais estão sendo submetidos, acumulados desde o licenciamento da primeira etapa, e a intensificação desses frente ao início do processo de licenciamento do “step 3” do empreendimento. Fato que demonstra que, passado um ano das primeiras movimentações na comunidade, os moradores permanecem ativos no movimento de resistência e na luta em busca de seus direitos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Segundo CASTRO *et al* (2016), a exploração mineral sempre se mostrou bastante problemática e isso se deve à natureza dessa atividade. Seu caráter poluidor, e a necessidade de utilização de vastas áreas, impossibilitam a sobrevivência, simultânea, de comunidades junto a esses projetos. Os processos expropriatórios se tornam, dessa forma, caso comum em territórios de conflito entre grandes empresas frente às diferentes formas de apropriação do espaço, através de um avanço gradativo de violências, imposições e desapropriações. O conflito ambiental instaurado em Conceição do Mato Dentro é um exemplo emblemático desse processo.

Contudo, esses processos não são recebidos de modo unânime e consensual: conforme se expande a fronteira de implementação de grandes empreendimentos, como o Minas-Rio, também crescem as denúncias dos impactos socioambientais associado a esses empreendimentos. É esse, também o caso de Conceição do Mato Dentro, à medida que se evidenciavam as irregularidades do licenciamento, as violações de direitos humanos e a “desterritorialização do Estado” (ACOSTA 2016:60), as comunidades que sofrem os efeitos do empreendimento se organizam na busca pela efetivação dos seus direitos.

É importante ressaltar, nesse sentido, que a complexidade do caso, a extensão das áreas afetadas e o modo como foi conduzido o licenciamento ambiental influíram sobre como se deu o processo de mobilização e resistência. O movimento é caracterizado pela sua heterogeneidade e sua fluidez, principalmente em termos temporais, na qual diferentes comunidades se mostravam mais ou menos mobilizadas conforme se acentuavam os efeitos do empreendimento ou a repressão por parte da empresa, apesar de em todos os momentos a tônica do movimento se dar pela luta por justiça e reconhecimento. (BEBBINGTON 2011:69; FERREIRA 2015). Nesse contexto, a comunidade de São José do Jassém se insere nesse processo, principalmente a partir de 2016 e passa a sustentar um importante discurso do movimento: a luta pelo reconhecimento das comunidades localizadas à jusante da barragem de rejeitos. Todavia é importante refletir como se deu essa inserção e o histórico da comunidade.

O Jassem e as dinâmicas estabelecidas em seu território foram profunda e permanentemente modificadas a partir da chegada do empreendimento da Anglo American, contudo, durante os primeiros anos de instalação e funcionamento do empreendimento, a mobilização e presença da

comunidade nos movimentos de resistência foram tímidas, ainda que fossem relatadas denúncias do temor frente a barragem de rejeitos desde as primeiras reuniões da REASA.

Porém, a recente inserção dos moradores no movimento de resistência e o modo como esse processo se deu demonstra que ao mesmo tempo em que a empresa colocava questões à comunidade, ela foi capaz de se ressignificar e reagir. Uma leitura possível, considerando a rapidez desse processo e a maneira firme que os moradores se impuseram é de que, nos primeiros momentos, essa reação se deu através do que Scott define como “resistências cotidianas” até o momento em que a mudança de contexto pressionou os moradores a adotarem outra postura.

Uma explicação é que esse “*turning point*” se deu a partir de um evento determinado: o rompimento da barragem Fundão. O desastre demonstrou a concretização do risco a que estavam vivendo, e, a partir de então, os moradores se conscientizaram que, para além das trajetórias de vida, estavam unidos pelo o risco de sofrerem os mesmos efeitos das comunidades rurais de Mariana (MG). A partir de então, a comunidade se inseriu e se apropriou de um papel importante no movimento de resistência, assumindo protagonismo na luta pelo reconhecimento das comunidades localizadas à jusante da barragem de rejeitos e garantindo “novo gás” à articulação.

O fator “união”, representado pelo risco, se torna, assim, a estratégia de articulação dos moradores que, ao longo do último ano, permanecem mobilizados a despeito dos inúmeros “boicotes” realizados pela empresa, tais como a paralisação de obras e a implantação da sirene de emergência em terreno limítrofe à comunidade. Os moradores do Jassém continuam, portanto, ativos na luta pelo reconhecimento de seus direitos e seguem denunciando as inúmeras irregularidades do processo de licenciamento, fator de extrema importância para o movimento, considerando o momento crítico atual, em que o empreendedor requer as licenças do “Step 3” do projeto.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACOSTA, A. Extractivismo e Neoextractivismo: duas faces da mesma maldição. In: DILGER, LANG & PEREIRA FILHO (orgs). *Descolonizar o imaginário*. Grupo Permanente de Trabalho sobre Alternativas ao Desenvolvimento. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, 2016.

ALMEIDA, A. W. Terras tradicionalmente ocupadas: processos de territorialização, movimentos sociais e uso comum. In: ALMEIDA, A. W. B. *Terra de quilombo, terras indígenas, “babaçuais livres”, “castanhais do povo”, faxinais e fundos de pasto: terras tradicionalmente ocupadas*. 2ª ed. Manaus: PGSCA-UFAM, 2008

BEBBINGTON, A. Introdução. In: *Minería, Movimientos Sociales y Respuestas Campesinas: una ecología política de transformaciones territoriales*. Lima: IEP, CEPES, 2011

BEBBINGTON, A. *Minería, Movimientos Sociales y Respuestas Campesinas: una ecología política de transformaciones territoriales*. Lima: IEP, CEPES, 2011

BRANDT MEIO AMBIENTE. *Estudo de Impacto Ambiental – MMX Mineração e Logística LTDA: Conceição do Mato Dentro e Alvorada de Minas/MG*. Vol. 1. Janeiro, 2007.

CARNEIRO, E. J. Política ambiental e a Ideologia do Desenvolvimento Sustentável. In Zhouri, A., Laschefski, K. & Pereira, D. (orgs) *A Insustentável leveza da Política Ambiental*. Desenvolvimento e Conflitos Socioambientais. Belo Horizonte, Autêntica, 2005.

CASTRO, E. M. R.; ALONSO, S. ; NASCIMENTO, S. . *Mineração na Pan-Amazônia: neoextrativismo, colonialidade e lutas territoriais*. In: Andrea Zhouri, Paula Bolados e Edna Castro. (Org.). *Mineração na América do Sul*. 1ed.Sao Paulo: Annablume, 2016, v. 1, p. 155-180

COELHO, T. *Mineração e Dependência no Quadrilátero Ferrífero-Aquífero: o Discurso do Desenvolvimento Minerador e o Projeto Apollo*. Dissertação de mestrado. Universidade Estadual do Rio de Janeiro, 2012.

DAMONTE, G. *Minería y política: la recreación de luchas campesinas em dos comunidades andinas*. In: BEBBINGTON, A. (ed). *Minería, movimientos sociales y respuestas campesinas: una ecología política de transformaciones territoriales*. Lima: IEP/CEPES, [2007] 2011.

DIVERSUS. 2011. *Diagnóstico Socioeconômico da Área Diretamente Afetada e da Área de Influência Direta do empreendimento Anglo Ferrous Minas-Rio Mineração S.A. (Ex-MMX Minas-Rio Mineração S.A.) - Lavra a Céu Aberto com Tratamento a Úmido Minério de Ferro - Conceição do Mato Dentro, Alvorada de Minas e Dom Joaquim/MG - DNPM Nº: 830.359/2004 - PA/Nº. 00472/2007/004/2009 - Classe 06*. Belo Horizonte.

DIVERSUS. *Adendo ao Diagnóstico Socioeconômico Área Diretamente Afetada (ADA) e Área de Influência Direta (AID) da Mina da Anglo Ferrous Minas-Rio Mineração S/A - Conceição do Mato Dentro, Alvorada de Minas e Dom Joaquim/MG*. Belo Horizonte, 2012.

DIVERSUS. *Diagnóstico Socioeconômico da Área Diretamente Afetada e da Área de Influência Direta do empreendimento Anglo Ferrous Minas-Rio Mineração S.A. Lavra a Céu Aberto com Tratamento a Úmido Minério de Ferro - Conceição do Mato Dentro, Alvorada de Minas e Dom*

Joaquim/MG - DNPM Nº: 830.359/2004 - PA/Nº. 00472/2007/004/2009 - Classe 06. Belo Horizonte, 2011.

DIVERSUS. Estudo de definição sobre comunidades/famílias a serem reassentadas - Área Diretamente Afetada (ADA) e Área de Entorno da Cava Licenciada e Estruturas Correlatas, 2014.

ESCOBAR, A. El “postdesarrollo” como concepto y práctica social. In. MATO, Daniel (Org.), Políticas de economía, ambiente y sociedad en tiempos de globalización. Caracas: Facultad de Ciencias Económicas y Sociales, Universidad Central de Venezuela, 2005, pp. 17-31.

ESCOBAR, A. La Invención del Tercer Mundo: construcción y deconstrucción del desarrollo. Caracas: Fundación Editorial el Perro e la Rana, 2007. (Capítulo 1)

ESTEVA, G. Desenvolvimento. In. W. Sachs (org.) In. O Dicionário do Desenvolvimento. São Paulo: Editora Vozes, 2000.

FERREIRA ROCHA. Projeto de Extensão da Mina do Sapo – Caracterização do Empreendimento – Áreas de Estudo – Referências Legais, setembro, 2015.

FERREIRA, L. "O que a gente quer é justiça": Conflito, mobilização e a luta por justiça dos atingidos pela mineração nas reuniões da Rede de Acompanhamento Socioambiental (REASA), em Conceição do Mato Dentro/MG. Monografia de Conclusão de Curso . Curso de Antropologia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais: Belo Horizonte, 2015.

GLUCKMAN, M. “Análise de uma situação social na Zululândia moderna”. In. FELDMAN-BIANCO, B. (Org.) Antropologia das Sociedades Contemporâneas: métodos. São Paulo, UNESP, 2010

GUDYNAS, E. Extractivismos. Ecología, economía y política de un modo de entender el desarrollo y la Naturaleza. CEDIB: Cochabamba, 2015.

IBRAM – Instituto Brasileiro de Mineração. Relatório Anual Julho de 2014 – Maio de 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo Demográfico 2010 Resultados do universo.

LEITE, L. “A empresa que é grande vai só crescendo e nós pequenos só diminuindo” – Análise da controvérsia das disputas sobre a ‘categoria atingido’ no caso do empreendimento Minas-Rio. Trabalho de Conclusão de Cursos. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017.

LEROY, J. P. Justiça Ambiental. FASE, 2011.

MARTINS, L. “Nossa morada aqui cabô” – mineração e deslocamento na comunidade de São José do Jassém, em Minas Gerais. Monografia. Curso de Ciências Sociais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais: Belo Horizonte, 2014.

MILANEZ, B. & SANTOS, R. S. P. Minería en Brasil: problemas, perspectivas y desafíos. In: CEDIB (Centro de Documentación Y Información Bolivia). Extractivismo, nuevos contextos de dominación y resistências. Cochabamba: CEDIB, 2014.

MILANEZ, B. & SANTOS, R. S. P. Neodesenvolvimentismo e Neoextrativismo: duas faces da mesma moeda? Dat. Trabalho apresentado no 37º Encontro Anual da ANPOCS, 2013.

MINAS GERAIS, Sistema Estadual de Meio Ambiente (SISEMA). Parecer Único SISEMA Nº 001/2008, outubro, 2008.

MINISTÉRIO PÚBLICO DE MINAS GERAIS. Projeto de lei – “Mar de Lama Nunca Mais”. Disponível em: <<http://www.mardelamanuncamais.com.br/wp-content/uploads/2016/04/projeto-de-lei-seguranca-barragens-1.pdf>> Acesso em 21.02.2017.

MONTEZUMA, T. F. P. F. ; RIBEIRO, L. A. D. ; MELO, R. D. ; RIGOTTO, R. Resistências à mineração de urânio e fosfato no Ceará (Brasil) - sujeitos, estratégias empresariais e ações de contraposição. In: Andréa Zhouri; Paola Bolados; Edna Castro. (Org.). Mineração na América do Sul - neoextrativismo e lutas territoriais. 1ed.São Paulo: Annablume, 2016, v. 1, p. 203-228.

PENNA,V. A construção da legalidade no licenciamento ambiental do empreendimento Minas-Rio: Estudo de caso da 86ª Reunião Ordinária da URCJequitinhonha. Monografia. Curso de Ciências Sociais. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, UFMG, Belo Horizonte, 2016

PEREIRA, D.; BECKER, L.; WILDHAGEN, R. Comunidades atingidas por

PRATES, C. G. Mineração em Conceição do Mato Dentro: uma análise da REASA como instância de ‘resolução’ de conflito. Monografia. Curso de Ciências Socioambientais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais: Belo Horizonte, 2014.

REDE DE ACOMPANHAMENTO SOCIOAMBIENTAL (REASA). Transcrição da Audiência Pública realizada em 17 de abril de 2014. Disponível em < <http://cimos.blog.br/reasa/atas/>> Acesso em 21.02.2017

RIBEIRO, G. L. Poder, Redes e Ideologia no Campo do Desenvolvimento. In. Outras Globalizações cosmopolíticas pós-imperialistas. Rio Janeiro, Editora da UERJ, 2014, pp. 147-171.

RIBEIRO, G. L.. Ambientalismo e Desenvolvimento Sustentado: Ideologia e Utopia No Final do Seculo XX.. Ciencia da Informacao, v. 21, n.1, p. 23-31, 1992.

SACHS, W. Introdução. In. W. Sachs (org.) In. O Dicionário do Desenvolvimento. São Paulo: Editora Vozes, 2000.

SANTOS, A. F. M. 2009 e 2010. Relatórios Antropológicos elaborados para o Ministério Público Federal, acerca do empreendimento minerário em Conceição

SANTOS,A.F.M.; FERREIRA, L.; PENNA, V. Impactos supostos, violências reais: a construção da legalidade na implantação do Projeto Minas-Rio. Vibrant, no prelo

SCOTT, James C.. Exploração normal, resistência normal. Rev. Bras. Ciênc. Polít., Brasília , n. 5, p. 217-243, Julho 2011

SCOTT, James C. Domination and the Arts of Resistance: hidden transcripts. New Haven: Yale University Press, 1990.

SCOTT, James C. Weapons of the Weak: everyday forms of peasant resistance. New Haven: Yale University Press, 1985.

SECRETARIA DO ESTADO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (SEMAD). Transcrição da 100ª reunião da URC Jequitinhonha. Reunião do dia 06/10/2009.

SECRETARIA DO ESTADO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (SEMAD). Transcrição da 99ª reunião da URC Jequitinhonha. Reunião do dia 06/09/2016.

SVAMPA, M. “Consenso de los Commodities” y lenguajes de valoración en América Latina. Nueva Sociedad No. 244, marzo-abril de 2013, ISSN: 0251-3552, <www.nuso.org>.

UNPD. Human Development Report 2016 (HDR) “Human Development for everyone”. Estocolmo, 2017

VAINER, C. 2008. “O conceito de "Atingido": uma revisão do debate”. In: ROTHMAN, Franklin Daniel (Org.). Vidas alagadas: conflitos socioambientais, licenciamento e barragens. Viçosa: UFV.

ZHOURI, A. . Mapeando Desigualdades Ambientais: mineração e desregulação ambiental. In: Andrea Zhouri; Norma Valencio. (Org.). Formas de Matar, de Morrer e de Resistir: limites da resolução negociada de conflitos ambientais. 1ed.Belo Horizonte: UFMG, 2014, v. 1, p. 111-141.

ZHOURI, A., BOLADOS, P., CASTRO, E. . Introdução. Andrea Zhouri, Paula Bolados e Edna Castro. (Org.). Mineração na América do Sul.. 1ed.Sao Paulo: Annablume, 2016, v. 1, p. 155-180

ZHOURI, A., LASCHEFSKI, K. & PEREIRA, D. Introdução: desenvolvimento, sustentabilidade e conflitos socioambientais. In. ZHOURI, A., LASCHEFSKI, K. & PEREIRA, D. (orgs) A Insustentável leveza da Política Ambiental. Desenvolvimento e Conflitos Socioambientais. Belo Horizonte, Autêntica, 2005.

ZHOURI, A.; LASCHESKY, K.; SANTOS, A.F.; MILANEZ, B.; “O projeto Minas-Rio: Negociando Direitos...dos outros!”. Le Monde Diplomatique. P.11. 2014

ZHOURI, A.; LASCHEFSKI, K. ; PEREIRA, D. B.. . Desenvolvimento, Sustentabilidade e Conflitos Socioambientais. In: Zhouri, Andréa; Laschefski, Klemens; Barros, Doralice Pereira. (Org.). A Insustentavel Leveza da Política Ambiental. Desenvolvimento e conflitos socioambientais. Belo Horizonte: Autentica Editora, 2005, v. 1, p. 11-24.

ZHOURI, Andréa. “Justiça ambiental, diversidade cultural e accountability: desafios para a governança ambiental”. IN: Revista Brasileira de Ciências Sociais. 2008.